



FÓRUM 2021

PRÓ-IGUALDADE RACIAL E
INCLUSÃO SOCIAL DO RECÔNCAVO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS
ESTUDANTIS**

**ANAIIS DO XV FÓRUM PRÓ-IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
SOCIAL DO RECÔNCAVO**

**“POLÍTICAS AFIRMATIVAS: TRAJETÓRIAS DE LUTAS, CONQUISTAS
E RE-EXISTÊNCIAS”**

16 a 20 de novembro de 2021

ISBN: 978-65-87743-60-8

Cruz das Almas
2022

UF**B**

Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia



FÓRUM 2021

PRÓ-IGUALDADE RACIAL E
INCLUSÃO SOCIAL DO RECÔNCAVO

Fábio Josué Souza dos Santos

Reitor

José Pereira Mascarenhas Bisneto

Vice-Reitor

Carlos Alberto Santos de Paulo

Pró-reitor de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

Ionara Magalhães de Souza

Coordenadora de Políticas Afirmativas/Presidenta da Comissão do XIV Fórum Pró-
Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo

Comissão Central

André Silva Lima - Andreson de Cerqueira Rocha - Ariane Sousa Mendes - Carine
Mendes Rocha de Freitas - Caroline Santiago Barbosa Souza - César Velame de
Carvalho - Cristiane Pereira dos Santos - Daniele Pereira Canedo - Danilo Marques
Scaldaferri - Denise de Oliveira Xavier Machado - Djenane Brasil da Conceição -
Fernando Antônio Nogueira de Jesus - Frederik Moreira dos Santos - Geraldo
Pereira do Nascimento Neto - Gerlan Cardoso Sampaio - Ivonete da Silva
Cavalcante - Ivan Americano da Costa Neto - Karina de Souza Silva - Leandro dos
Reis Muniz - Luciana da Cruz Brito - Manassés Almeida Gomes - Marcelo Carneiro
de Freitas - Marcos José de Oliveira Silva - Maria Regina Cunha Cavalcante Vieira -
Mariana Balen Fernandes - Milena Araújo Souza - Míriam da Silva Ferreira -
Nelsiane Magalhães Silva - Nicélia Carvalho Miranda - Priscila Carvalho Lopes -
Raphael Lima Costa - Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus - Romulo Oliveira de
Almeida - Rosangela Souza da Silva - Thiala Pereira Lordello Costa - Valéria Reis
Siqueira

Comissão Científica

Denise de Oliveira Xavier Machado - Djenane Brasil da Conceição
Frederik Moreira dos Santos - Luciana da Cruz Brito - Manassés Almeida Gomes
Marcelo Carneiro de Freitas - Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus
Rosangela Souza da Silva - Thiala Pereira Lordello Costa

UF**B**

Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia



FÓRUM 2021

PRÓ-IGUALDADE RACIAL E
INCLUSÃO SOCIAL DO RECÔNCAVO

APRESENTAÇÃO

As Políticas de Ações Afirmativas correspondem a políticas contra-hegemônicas, uma resposta radical e necessária ao Estado colonial brasileiro que opera na produção e reprodução de um sistema excludente, negacionista e segregacionista. As ações afirmativas têm impactado positivamente na produção do conhecimento científico, ressignificado a configuração das universidades brasileiras e possibilitado a promoção de outros horizontes políticos e sociais às populações historicamente marginalizadas. Nesse contexto, a década das Ações Afirmativas instaura uma mudança paradigmática de disputa pelas instituições e pelo projeto de sociedade com consciência política e histórica, alicerçada no direito à memória e à dignidade humana.

Nesse contexto, a UFRB foi a primeira universidade brasileira a ter uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), a primeira universidade a aplicar, integralmente, a Lei de Cotas em 2012. Nessa direção, em 2018 instituiu o Comitê de Acompanhamento das Políticas Afirmativas e Reserva de Cotas e implementou a reserva de vagas na pós-graduação. No bojo das ações, o Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo, instituído pelo Conselho Universitário em 2006, provoca toda a sociedade brasileira para a defesa, implementação e fortalecimento das Políticas de Ações Afirmativas na UFRB.

Nesse sentido, a PROPAAE e demais Pró-Reitorias, em articulação com todos os Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão e Assessoria de Comunicação se dedicou à construção desse grande marco político referencial da UFRB. A 15ª edição do evento aconteceu, virtualmente, entre os dias 16 e 20 de novembro de 2021 e propôs ampliar o debate sobre as políticas de ações afirmativas por meio de conferências, expressões artístico-culturais, sessões temáticas, produções científicas, publicação de trabalhos em anais e lançamento de livros.

Nessa edição, a partir do tema “Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências”, buscou-se fomentar o debate sobre os desafios, estratégias de enfrentamento do racismo e a importância das Ações Afirmativas para o desenvolvimento social, científico e tecnológico do Brasil.



FÓRUM 2021

PRÓ-IGUALDADE RACIAL E
INCLUSÃO SOCIAL DO RECÔNCAVO

Esses anais envolvem o conjunto de resumos sobre as pesquisas apresentadas nos Eixos Temáticos (ET) do Fórum, a saber: ET. 1. Ações Afirmativas e Relações Étnico-Raciais no Brasil; ET. 2. Ações Afirmativas e Pessoas com Deficiência; ET. 3. Políticas Afirmativas, Gênero, Sexualidade e Diversidades; ET. 4. Políticas Afirmativas e Educação; ET. 5. Ações Afirmativas, Territórios de Identidades, Povos e Comunidades Tradicionais; ET. 6. Políticas Afirmativas e Comissões de Heteroidentificação; ET. 7. Racismo Institucional; ET. 8. Violências, Antirracismo e Direitos Humanos; ET. 9. Expressões Artísticas Afro-Diaspóricas; ET. 10. O Papel da Ciência na Desconstrução do Racismo; ET. 11. Sobre Representatividade: O que produzem as(os) Cientistas Negras(os)?; ET. 12. Racismo e Saúde/ Saúde da População Negra; ET. 13. Políticas Afirmativas e Desenvolvimento Científico e Social.

Os trabalhos envolveram as discussões sobre as políticas afirmativas relacionadas a diversas questões, tais como: a educação, as práticas pedagógicas e o currículo; as identidades e as intersecções de gênero, raça e classe, além da inclusão das pessoas com deficiência; o feminismo negro; as comunidades tradicionais, principalmente, indígenas e quilombolas; a educação antirracista e decolonial; as ações afirmativas nas universidades, o sistema de cotas e as comissões de heteroidentificação racial; o racismo institucional; a saúde da população negra; a participação do povo negro nas artes e no desenvolvimento científico e social; dentre outras.

No Fórum 2021, a UFRB renovou o compromisso de consolidação de uma universidade segura, representativa, inclusiva, antirracista, empenhada na construção de novas bases de geração de direitos e oportunidades e que reflita a epistemologia de seu povo. Com efeito, não se faz cidadania sem direito e o direito se efetiva por reparação. Assim, num país fundamentalista, anti-negro, anti-indígena, anti-civil, genocida, memoricida e epistemicida, toda ação deve ser Afirmativa.

SUMÁRIO

1 EIXO TEMÁTICO: AÇÕES AFIRMATIVAS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL 10

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA DO DISTRITO DE MARIA QUITÉRIA, FEIRA DE SANTANA-BA - Michele Rocha Oliveira; Lélia Maria Sampaio Santana; Isabel de Jesus Santos dos Santos 10

CONTOS AFRICANOS: ESCRITA, NARRATIVAS E PERFORMANCE - Maria Antonia de Almeida Alves; Eliane Fátima Boa Morte do Carmo; Noliene Silva de Oliveira 12

DESCOLONIZANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM PROJETOS DE LEITURA - Nayara Cardoso de Oliveira; Gabriela Araújo de Santana Lisbôa 14

2 EIXO TEMÁTICO: AÇÕES AFIRMATIVAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 16

AÇÕES AFIRMATIVAS E A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UMA LONGA JORNADA - Ticiane Santana Santos 16

3 EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS AFIRMATIVAS, GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADES 18

CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA FEMINISTA NEGRA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ESTUDO DE CASO DO TEATRO ESCOLA - Sazana Assunção Martins dos Santos; Iole Macedo Vanin 18

IDENTIDADES: RAÇA, GÊNERO, SEXUALIDADE EM DEBATE NA SALA DE AULA - Tânia Jesus Santos; Cleomar Felipe Cabral Job de Andrade 20

4 EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS AFIRMATIVAS E EDUCAÇÃO 21

EBÓ DE PALAVRAS: O VERBO COMO OFERENDA – UMA AÇÃO EDUCATIVA DECOLONIAL – André Luiz dos Santos Bispo; Luciane Aparecida Tobias 21

A IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO DO COLETIVO DE ESTUDANTES NEGROS E QUILOMBOLAS DA UFRB NO CAMPUS DE FEIRA DE SANTANA EM TEMPOS PANDÊMICOS - Carine dos Santos Pereira; Adailton Conceição Silva; Isabel de Jesus dos Santos 23

A METODOLOGIA APLICADA NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL (PET):
CONEXÕES DE SABERES – AFIRMAÇÃO E O TRATAMENTO ÀS
SUBJETIVIDADES DOS/AS UNIVERSITÁRIOS/AS NEGROS/AS - Elsie Santos de
Jesus; Beatriz Gomes Maia 25

A “CANOA CAIÇARA” COMO ELEMENTO CULTURAL DE POVOS TRADICIONAIS
A SER UTILIZADO NO ENSINO DE HIDROSTÁTICA - Felipe Batista da Silva 27

COSMOVISÃO INDÍGENA E ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA:
POSSIBILIDADES PARA LEI 11.645/2008 A PARTIR DO TERRITÓRIO GUERÉM,
VALENÇA-BA - Adonias dos Santos Ramos; Thiago Leandro da Silva Dias 29

CURRÍCULO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: INCONCLUSÕES DA TEMÁTICA DA
LEI 10.639/03 - Êmille Santana Moreira Nunes 31

DESCOLONIZANDO A EDUCAÇÃO BÁSICA: CICLO DE DEBATES
ANTIRRACISTAS - Raíssa Barreto Caldas da Silveira; Dyane Brito Reis Santos 32

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DIÁLOGOS
NECESSÁRIOS – Ane Carine Conceição Rosas 33

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: PROJETOS INTERDISCIPLINARES E
SEU DESEMPENHO NO COLÉGIO ESTADUAL CAMINHO DO SABER – Jaine da
Silva Souza 34

FORMAÇÃO CONTINUADA: FORMAÇÃO CONTINUADA DAS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS E POVOS TRADICIONAIS – Eliane Fátima Boa Morte do Carmo;
Maria Antonia de Almeida Alves; Noliene Silva de Oliveira 35

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: POSSIBILIDADES PARA À
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL – Bruna Pereira da Silva; Rosangela Souza da Silva/UFRB 37

GRUPO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AGROECOLOGIA NA
EDUCAÇÃO DO CAMPO: O ENSINO, PESQUISA E A EXTENSÃO NO
FORTELECIMENTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS – Isabele Santana Brito; Ana Paula
Inacio Diório; Isabel de Jesus Santos dos Santos 39

LUGARES OCUPADOS PELOS CORPOS NEGROS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI
10.639/03 – Janiele Nunes Almeida; Rosangela Souza da Silva 41

MEMORIAL FORMATIVO: PERCEPÇÕES SOBRE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS
NA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA/SUBPROJETO BIOLOGIA NO ANO DE 2021 –
Michele de Jesus Sampaio 43

ODEERE E NEABI: AS CONSTRUÇÕES DAS IDENTIDADES DE JOVENS EM ITIRUÇU/BA – Luciana dos Santos Brandão 45

PERMANÊNCIA E PÓS-PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE O PET EM TEMPOS DE COVID-19 – Carlos Eduardo Miranda Lima; Márcia C. B. Souza; Rita de Cássia Dias P. de Jesus 47

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ALUNOS INGRESSOS NA UFRB NO CONTEXTO DA PANDEMIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA – Luciene Vieira Pereira 49

5 EIXO TEMÁTICO: AÇÕES AFIRMATIVAS, TERRITÓRIOS DE IDENTIDADES, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS 51

ARTE E ENSINO: VISADA CRÍTICA A PARTIR DA COLEÇÃO DE ARTES AFRICANAS NO SOLAR DO FERRÃO - Neusa Sacramento de Oliveira 51

DESAFIOS DO ENGAJAMENTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SARILÂNDIA NO MUNICÍPIO DE WENCESLAU GUIMARÃES-BAHIA, PARA A PARTICIPAÇÃO EFETIVA NA TOMADA DE DECISÕES - Carine dos Santos Pereira; Adailton Conceição Silva; Ozeias de Almeida Santos 53

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: POR OUTRA LÓGICA CURRICULAR POSSÍVEL - Noliene Silva de Oliveira; Eliane Fátima Boa Morte do Carmo; Antonia Maria Almeida Alves 55

POLÍTICA DE ESTADO CONTRA A POLÍTICA TRADICIONAL: UMA ANÁLISE DA MEMÓRIA DISCURSIVA DE TEXTOS OFICIAIS EM ANGOLA - Eugénia Emília Sacala Kosi 57

6 EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS AFIRMATIVAS E COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO 59

LEI DE COTAS E AS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DISCENTE NO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ACESSO À RESERVA DE COTAS (COPARC) - Rodrigo de Souza Silva dos Santos; Ionara Magalhães de Souza 59

VOCÊ CONFIRMA SUA AUTODECLARAÇÃO COMO NEGRO(A)? ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS NAS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO - Thiago Leandro da Silva Dias 61

7 EIXO TEMÁTICO: RACISMO INSTITUCIONAL 63

RACISMO INSTITUCIONAL: UM PROJETO DE DESTRUÇÃO DO POVO PRETO - Thiago da Silva Santana	63
A COR DA LEI: UMA ANÁLISE ACERCA DA INTERVENÇÃO JURÍDICA NO SEGMENTO INFANTIL E O RACISMO INSTITUCIONALIZADO NAS LEIS BRASILEIRAS (1888 A 1930) - Bruna Conceição de Jesus	64
DESIGUALDADE RACIAL NO ACESSO AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM FEIRA DE SANTANA-BA - Thiago Assunção dos Santos; Luiz Roberto Santos Moraes	65
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DO CAMPO LOCALIZADA NO DISTRITO DE HUMILDES EM FEIRA DE SANTANA/BAHIA - Maria Fernanda da Silva Pereira Santos de Andrade; Frederik Moreira dos Santos	67
LIVROS PARA QUEM? SUBALTERNOS VÃO GRITAR! - Êmille Santana Moreira Nunes; Tainá das Mercês Oliveira	69
RACISMO NA ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO <i>CAMPUS</i> DE SANTA INÊS-BA - Tânia Jesus Santos; Patrícia Carla Alves Pena	71
8 EIXO TEMÁTICO: VIOLÊNCIAS, ANTIRRACISMO E DIREITOS HUMANOS	72
JUVENTUDES NEGRAS NA TV ITAPOAN: DISCURSOS, SENTIDOS E ESTÉTICA DA VIOLÊNCIA - Mário Gonzaga Jorge Junior	72
MICROAGRESSÕES, RACISMO ALGORÍTMICO E SUAS REPERCUSSÕES NO CAMPO DA SAÚDE: UMA ANÁLISE SISTEMÁTICA DE LITERATURA - Ayêska Luzia Cardozo de Jesus; Edmar Henrique Dairell Davi	74
UMA REFLEXÃO ACERCA DA BRANQUITUDE SOB A ÓTICA DA OBRA UM DEFEITO DE COR, DE ANA MARIA GONÇALVES - Julio Sylvester Vasconcelos Belchior; Maria Rogelânia Bezerra de Lima Barreto	75
9 EIXO TEMÁTICO: EXPRESSÕES ARTÍSTICAS AFRO-DIASPÓRICAS	77
O AFROFUTURISMO SOB DUAS PERSPECTIVAS DISTINTAS DENTRO DO CONTEXTO DO HIP HOP BAIANO - Esdras Oliveira de Souza; Kleyson Rosário Assis; Frederick Moreira dos Santos	77
REFLEXÕES SOBRE PERCUSSÃO POPULAR E RITMOS AFRO BRASILEIROS COMO CULTURA HISTÓRICA NA PRÁTICA SOCIAL E ENSINO DE HISTÓRIA - Carolina Lopes Wanderley	79

10 EIXO TEMÁTICO: O PAPEL DA CIÊNCIA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO 80

O AFROFUTURISMO E O ENSINO DE CIÊNCIAS NA LUTA CONTRA O RACISMO EPISTÊMICO - Esdras Oliveira de Souza; Kleyson Rosário Assis; Frederick Moreira dos Santos 80

11 EIXO TEMÁTICO: SOBRE REPRESENTATIVIDADE: O QUE PRODUZEM AS(OS) CIENTISTAS NEGRAS(OS)? 82

GUERREIRO RAMOS E LELIA GONZALES: CRITICIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SUSCITADAS POR REFLEXÕES DE AUTORES NEGROS - Tainá das Mercês Oliveira; Émille Santana Moreira Nunes 82

PERCEBENDO PRÁTICAS DA LUTA CONTRA O COLONIALISMO MODERNO - CONTRIBUIÇÃO DOS CIENTISTAS NEGROS - Fábio Falcão Oliveira 84

REPRESENTAÇÃO E SUB-REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS ENTRE A REESCRITA ACADÊMICA E A ESCRIVÊNCIA - Claudia Regina Alexandre 85

12 EIXO TEMÁTICO: RACISMO E SAÚDE / SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA 86

A HOSPITALIZAÇÃO POR SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE (SRAG) POR COVID-19 ESTRATIFICADA PARA RAÇA/COR E GÊNERO - Milena de Oliveira Corrêa; Marcos Vinicius da Silva Cordeiro; Thiago Nascimento do Prado 86

ANÁLISE DOS BOLETINS EPIDEMIOLÓGICOS ESPECIAIS DA COVID-19, SEGUNDO A RAÇA/COR DA PELE/ETNIA - Rafael Souza Vasconcelos; Franciane de Azevedo Queiroz; Ionara Magalhães de Souza 88

AS REPRESENTAÇÕES DO CORPO NAS PRÁTICAS DE CURA “FRONTEIRAS, SUBJETIVIDADES, SAÚDE E CUIDADO” - Rogério Lima Vidal 90

MORTALIDADE DE MULHERES POR HOMICÍDIO, SEGUNDO A RAÇA/COR DA PELE, NO NORDESTE BRASILEIRO, 2019-2020 - Franciane de Azevedo Queiroz; Rafael Souza Vasconcelos; Ionara Magalhães de Souza 92

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MORTALIDADE POR COVID-19 NO ESTADO DO MARANHÃO SEGUNDO A RAÇA/COR/ETNIA - Bruna Rafaela Carneiro; Kauan Alcântara Teixeira de Menezes; Antonia Fabiana Rodrigues da Silva 94

PISANDO NOS TERRITÓRIOS DAS FOLHAS SAGRADAS PRESENÇA DA ETNOBOTÂNICA EM TERREIROS DE CANDOMBLÉ DA BAHIA - Rogério Lima Vidal 96

SABERES E PRÁTICAS DE MULHERES QUILOMBOLAS NO ABORTO - Amália Nascimento do Sacramento Santos 98

SETEMBRO AMARELO PRA QUEM? QUEM PAGARÁ A DOR SENTIDA? QUEM VAI DIVIDIR A PRESTAÇÃO DA RECAÍDA? - Tainá das Mercês Oliveira 99

SUICÍDIO NEGRO EM DEBATE: DIÁLOGOS E ARTICULAÇÕES EM REDE DE PROTEÇÃO - Paulo Conceição Almeida 101

13 EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E SOCIAL 103

A MATEMÁTICA NO COTIDIANO ESCOLAR NO CONTEXTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E PROCESSO INCLUSIVO - Marleide Mateus de Jesus 103

POLÍTICAS AFIRMATIVAS: ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS - Jilcleide Nascimento dos Santos; Joemille Silva dos Santos; Clarita Silveira Reis 105

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS 108



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

1 EIXO TEMÁTICO: AÇÕES AFIRMATIVAS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA DO DISTRITO DE MARIA QUITÉRIA, FEIRA DE SANTANA-BA

Michele Rocha Oliveira. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.
E-mail: micheleoliveira@aluno.ufrb.edu.br; Lélia Maria Sampaio Santana; Isabel de Jesus Santos dos Santos.

A comunidade quilombola Lagoa Grande, situada no distrito de Maria Quitéria vem há mais de oito anos estabelecendo diálogo sobre a Educação Escolar Quilombola através da Associação Quilombola e Comunitária de Maria Quitéria (AQCOMAQ) com as Escolas Municipais José Tavares Carneiro, Vasco da Gama, Dr. Francisco Martins da Silva e Paula de Freitas, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a Universidade Estadual de Feira de Santana e, recentemente, com o Instituto Federal da Bahia. Porém, com a pandemia da Covid-19, o VIII Novembro Negro da Lagoa Grande foi realizado no formato on-line, utilizando computadores, internet e dispositivos móveis. A Comunidade Quilombola da Lagoa Grande contou com o apoio da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A partir das Ações de Extensão do “Projeto Obará” e do “Programa ERÊ”, que articularam e materializaram atividades pelas plataformas digitais *Google Meet*, *YouTube* e *StreamYard*, utilizando os aplicativos *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram* para divulgação das ações desenvolvidas no âmbito da Educação Escolar Quilombola. No primeiro momento, a AQCOMAQ convocou uma reunião virtual, pela plataforma *Google Meet*, porém quem abriu o link e enviou os convites fomos nós da UFRB. No segundo momento discutimos a possibilidade de realização da atividade, definimos o tema do Novembro Negro e criamos as mesas temáticas e todas as peças da comunicação. Em seguida, criamos um grupo virtual WhatsApp, onde todas as orientações eram compartilhadas. Posteriormente, foi necessário nomear estudantes



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

das referidas universidades para elaborarem pequenos vídeos, a partir das fotos publicadas pelas coordenações pedagógicas das escolas. Após isso, também a coordenação do Projeto de Extensão da UFRB criou o Canal na plataforma *YouTube* e transmitimos todas as atividades do VIII Novembro Negro on-line, com o suporte institucional do Serviço de Apoio à Comunicação do CETENS. O evento foi intitulado: “Memórias, vivências e resistências da ancestralidade: as águas da Lagoa Grande de São José das Itapororocas”. A divulgação do evento aconteceu através das plataformas digitais de comunicação. Inicialmente, criamos o canal do *YouTube* da Associação Quilombola da Lagoa Grande, através do qual foi transmitido todo o evento e com a ajuda dos moradores da comunidade, realizamos as gravações de múltiplos vídeos, esses apresentando a localidade, suas culturas e brincadeiras de criança, com o intuito de divulgar e eternizar esses momentos genuínos e fundamentais, logo efetuaram as postagens. Logo, as ações contaram com a participação efetiva nos encontros do curso, nas atividades ações do Novembro Negro com cada um dos encontros com mais de 40 pessoas ao vivo no *Google Meet* e mais internautas acompanhando no canal. Os vídeos, do I e II Encontro, somam mais de 1.200 visualizações e 188 curtidas no *Youtube*, ou seja, alcançaram um número considerável de participantes.

Palavras-chave: Educação; pandemia; internet.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

CONTOS AFRICANOS: ESCRITA, NARRATIVAS E PERFORMANCE

Maria Antonia de Almeida Alves. Instituto Federal Baiano. E-mail: abanil13@gmail.com; Eliane Fátima Boa Morte do Carmo. Universidade Federal da Bahia – UFBA; Noliene Silva de Oliveira. Universidade Estadual da Bahia – UNEB.

Escrever é um processo criativo que exige, por parte do, por parte do autor, o domínio ou a busca de conhecimentos sobre a temática escolhida para a narrativa. Em se tratando de contos africanos, autores e autoras precisam ter conhecimento sobre os espaços geográficos, a vegetação, a fauna, relevo e outras características relevantes do território escolhido para ambiente da narrativa, a população por eles ocupadas, a língua original, o significado dos nomes. As pessoas não detentoras de conhecimentos prévios deverão realizar uma pesquisa bibliográfica para que possam descrever de forma fidedigna os espaços, personagens os quais devem representar. Quanto a narrativa, deve ser pautada em conhecimentos que proporcionem aprendizagem ao leitor sobre a cultura do povo escolhido do qual se conta a história, seus hábitos, suas indumentárias, suas crenças, sua relação com o espaço a ser descrito como cenário. Assim, haverá uma maior possibilidade de que a performance, no momento da contação da história, ultrapasse o âmbito de prender a atenção dos ouvintes. Ao participarmos de um curso sobre Contos Africanos aprendemos com o mediador sobre as características específicas desse tipo de texto, no qual é exigido elementos na sua composição que remetam à localização, aos nomes das personagens, aos costumes, os adágios por ele utilizado, à língua ou línguas faladas escolhidas das quais se conta a história. Existe um adágio africano que diz: “Ocili viso”, ou seja, “verdade é o que for visto”. Podemos afirmar que na escrita evidenciamos o desejo de que outras pessoas vejam as nossas propostas, as nossas pautas, nossos conhecimentos e também de tantos outros autores e autoras dos quais ampliamos e trocamos conhecimentos e tratam das discussões das questões étnico-raciais demandadas pelas políticas públicas educacionais emancipatórias. Presentes no início do Século XXI, a Lei nº 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 trazem inicialmente um marco na História da Educação do Brasil. Alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional colocando em seu texto a obrigatoriedade do estudo da



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

História da Cultura Afro-brasileira, dos africanos e dos povos indígenas. Assim, temos como obrigatoriedade trabalhar nos currículos das instituições de ensino de todo o país os conhecimentos sobre os povos construtores dos processos civilizatórios. Povos negros detentores das muitas tecnologias utilizadas pelo colonizador como mão de obra escrava, na lavoura, na mineração, na metalurgia e arquitetura, no comércio de rua. Logo, se faz necessário amplificar debates e um debruçar sensível e dedicado em relação aos conhecimentos potencializadores que os contadores de histórias expõem em suas atividades acerca dos povos africanos.

Palavras-chave: Contos Africanos; relações étnico-raciais; ações afirmativas.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

DESCOLONIZANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM PROJETOS DE LEITURA

Nayara Cardoso de Oliveira, Mestranda no Programa de Pós Graduação Profissional em História da África, Diáspora e dos Povos Indígenas, UFRB/Cachoeira - Bahia, e-mail: nayaracardoso.historia@gmail.com; Gabriela Araújo de Santana Lisbôa, Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação, UESB/Vitória da Conquista - Bahia.

Uma das práticas pedagógicas mais comuns nas Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Santo Estevão é a execução de Projetos Institucionais de Leitura, com dinâmicas diferenciadas e por muitas vezes até inovadoras. Inserir crianças e adolescentes em um contexto intelectual é uma obrigação desenvolvida pelas escolas e um direito das crianças desde a mais tenra idade. Pensar nas leituras que estão sendo propostas causa um grande debate quando o tema é a inclusão das questões étnico-raciais e história da cultura do povo afro-brasileiro e indígena, naturalmente as escolhas dos literários para desenvolvimento desses projetos, são em sua grande maioria voltadas para autores clássicos, os quais possuem um teor imaginário voltado para as histórias de bosques encantados, contos de fadas com reis/rainhas, príncipes/princesas brancos, com cabelos lisos e longos, personagens que trazem uma história totalmente hegemônica, como se esse contexto fosse o principal fator para despertar o encantamento, interesse e prazer pela leitura dos alunos. A construção da identidade se desenvolve de forma contínua, com total importância na infância, fazendo parte do processo de desenvolvimento de cada um, possibilitando a integração do ser humano no meio cultural e histórico. Entende-se que não existe uma conclusão para a construção da identidade iniciada na infância, pois ela vem se transformando constantemente, através do meio histórico e das relações pessoais, valorizando assim as crenças e valores de uma determinada cultura, sendo influenciadas pelos meios familiar e ambiente que vive. Analisar experiências de implementação da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/2008 na Escola José de Jesus Rocha, localizada na zona rural, em conexão com os projetos de leitura dessa unidade,



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

com a prática pedagógica e percepção de construção identitária, à luz das discussões teóricas na perspectiva de uma educação antirracista. A aprovação e implementação das Leis supracitadas dimensionam o ensino da História da África e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, tornando obrigatório na educação básica, tem causado amplas discussões sobre a identidade da cultura afro-brasileira e indígena, como do combate à discriminação racial no espaço escolar em seus diferentes níveis de ensino. É pautado nesses termos que se faz necessário analisar as possíveis conexões que vêm sendo estabelecidas entre inclusão da história afro-brasileira e indígena na escola e o papel exercido pela literatura enquanto ferramenta potencializadora deste processo. Ao propor uma intervenção pedagógica tem-se o reconhecimento da necessidade de formação continuada dos profissionais da educação para acompanhar as constantes mudanças ocorridas na educação formal. Porém, faz-se necessário reforçar que mais do que oferecer qualificação técnica e subsídios para a abordagem da temática, pode-se identificar como primordial sensibilizar os/as docentes para perceber a importância de estudar e se identificar com esses povos. Portanto, constatar que outras formas de pensar, viver e olhar o mundo são viáveis e, devem ser entendidas como possuidoras das mesmas características que as tornam tão válidas quanto as ocidentais. A perspectiva decolonial busca identificar os povos africanos e indígenas como sujeitos históricos ativos, que estão em constante luta reconhecimento dos seus direitos.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003; Práticas Pedagógicas; Projeto de Leitura.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

2 EIXO TEMÁTICO: AÇÕES AFIRMATIVAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AÇÕES AFIRMATIVAS E A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UMA LONGA JORNADA

Ticiane Santana Santos. Faculdade de Ciências e Empreendedorismo.

E-mail: tici.asocial@outlook.com.

A diminuição da desigualdade social e a ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro, representam desafios para a sociedade. O nível educacional do país tem se revelado muito abaixo do esperado, embora seja verificado nos últimos anos, avanços significativos, tanto na educação básica como no ensino superior. A inclusão de minorias no ensino superior, principalmente das pessoas com deficiência, ainda possui pouca visibilidade, sendo portanto, cada vez mais necessário, mostrar essa realidade. Os modelos sociais dominantes tendem a reproduzir o processo de dominação dos mais favorecidos frente aos carentes de recursos socioeconômicos e culturais, causando conseqüentemente, profundas divisões sociais. O presente estudo tem como objetivo geral compreender o avanço da inclusão de minorias no ensino superior brasileiro, tendo como objetivos específicos: compreender as motivações históricas dessa inclusão no ensino superior, analisar as legislações vigentes, e verificar os dados existentes sobre a inclusão dessas minorias no ensino superior brasileiro nas duas últimas décadas. A metodologia utilizada foi a qualitativa-quantitativa, através de análise documental, tendo as informações e referências extraídas de artigos e livros. Esse processo de inclusão teve início a partir dos anos 90, com a presença do Brasil em várias Conferências, das quais originaram decretos e portarias em prol da inclusão e da acessibilidade. Um dos principais documentos que norteiam essa discussão é a nossa Carta Magna, que declara que a educação é um direito e um dever de todos, pois a educação visa o pleno desenvolvimento humano, referindo-se assim ao princípio da dignidade da pessoa humana. Recentemente, foi promulgada a Lei de 13.409 que, dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de ensino, existe ainda um Projeto de Lei 1527/19 que reserva 5%



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

das vagas nas seleções das instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio para pessoas com deficiência. O texto acrescenta ainda à Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades (12.711/12). A análise revelou que o Brasil, está presente em várias conferências internacionais, buscando melhorar cada vez mais a inclusão das pessoas com deficiência nesses espaços, que só ocorreu devido às lutas das minorias que vão em busca de autonomia, da garantia de direitos. Ressaltando que o Brasil é o primeiro país na América Latina, a possuir uma vasta legislação sobre a inclusão educacional, mas, as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, ocupam menos de 1% no total de matriculados nas instituições de ensino superior do país, tanto nas universidades públicas, quanto privadas, ou seja, apesar das legislações brasileiras serem uma das melhores no que diz respeito à inclusão, ainda há muito o que se fazer principalmente em relação ao fim da intolerância, do preconceito, racismo e discriminação.

Palavras-chave: Inclusão; deficiência; direito.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

3 EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS AFIRMATIVAS, GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADES

CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA FEMINISTA NEGRA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ESTUDO DE CASO DO TEATRO ESCOLA

Sazana Assunção Martins dos Santos. Doutoranda em estudos interdisciplinares sobre gênero, mulheres e feminismo (PPGNEIM/UFBA). E-mail: martins.sazana@gmail.com; Iole Macedo Vanin. Docente Associada I da Universidade Federal da Bahia.

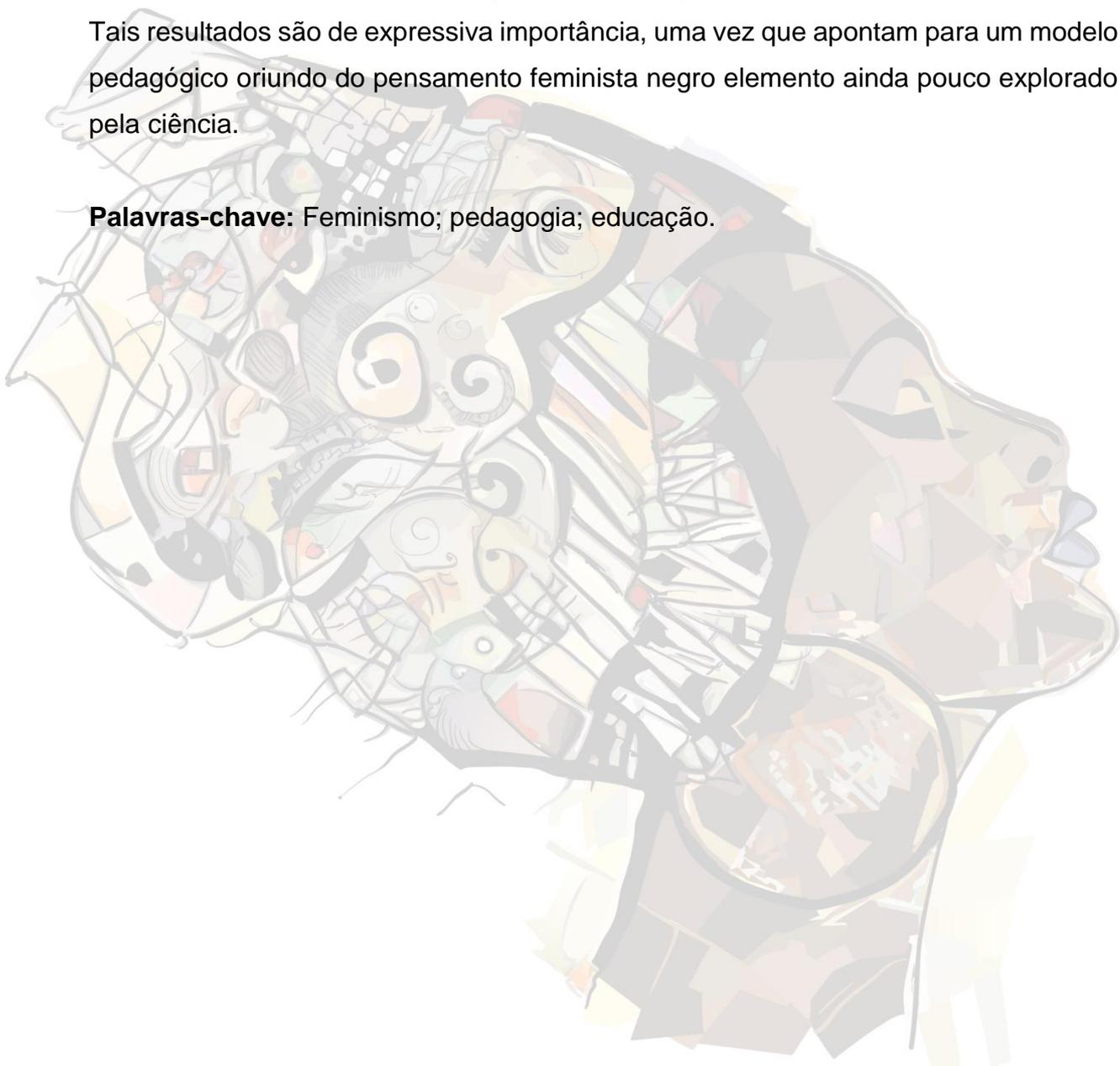
Uma das contribuições do feminismo negro para a educação é pensá-la como um instrumento indispensável de resgate da autoestima e da autonomia intelectual da pessoa negra no interior da escola e nos demais espaços formativos (HOOKS, 2017). Já a educação profissional, cujo principal objetivo, fundamentado na dualidade estrutural da educação (MOURA, 2007), é formar a/o sujeita/o para o trabalho manual (SAVIANI, 2007), considerado aquele desprovido de intelectualidade e forjado nas habilidades manuais. Diante desses dois elementos, aparentemente situados em extremidades opostas, surgiu a indagação sobre “Quais contribuições uma pedagogia feminista negra tem a oferecer à educação profissional?”. Como toda investigação científica precisa ser bem delineada em seu universo, era necessário eleger o *locus* de observação. Para tal foi escolhido o Teatroescola, projeto social situado em Salvador – BA, fundado em 2018, cujo objetivo é a promoção da formação profissional no campo das artes e cultura de jovens afrodescendente soteropolitanxs e da região metropolitana da capital baiana. Assim, a presente pesquisa de doutorado tem por objetivo descobrir “Como o feminismo negro pode colaborar pedagogicamente para a formação dxs sujeitxs da educação profissional pertencentes ao Teatroescola, em Salvador – BA?”. Por hipótese, estipula-se que a pedagogia feminista negra pode contribuir para a educação profissional, no projeto Teatroescola, em Salvador – BA, nas perspectivas de emancipação, autonomia, formação ética-política e cidadã da juventude negra atendida. No tocante à perspectiva metodológica, esta se dará por meio da realização de um estudo de caso na sede da instituição situada na Avenida Manoel Dias da Silva, nº 2177, Pituba, Salvador – BA, com a colaboração do corpo



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

pedagógico, docente e discente atuantes durante o período da pesquisa. Como a mesma encontra-se em fase inicial, os resultados obtidos versam no tocante ao traçar da existência de uma epistemologia feminista negra e suas principais características. Tais resultados são de expressiva importância, uma vez que apontam para um modelo pedagógico oriundo do pensamento feminista negro elemento ainda pouco explorado pela ciência.

Palavras-chave: Feminismo; pedagogia; educação.





Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

IDENTIDADES: RAÇA, GÊNERO, SEXUALIDADE EM DEBATE NA SALA DE AULA

Tânia Jesus Santos. Instituto Federal Baiano *Campus* Santa Inês.
E-mail: taniageografando@gmail.com; Cleomar Felipe Cabral Job de Andrade.

Discutir questões de gênero, de raça e de sexualidade no contexto brasileiro ainda são polêmicas, complexas e desconfortáveis, pois são vistas ainda como tabus, são tratadas, na maioria das vezes, de forma essencializadas e estereotipadas por algumas pessoas, principalmente no contexto escolar de estudantes da Educação de Jovens e Adultos e nesse cenário especificamente surge a necessidade de tratar esses temas no ambiente educacional como possibilidade de se repensar, desconstruir e reinventar esses estigmas, isso é numa tentativa de colaborar para a construção de uma sociedade mais inclusiva, acolhedora e democrática, na qual as diferenças sejam vistas e compreendidas como fonte de enriquecimento social, e não como a causa de sofrimento, de violência e de exclusão. O presente trabalho, traz reflexões dos estudos realizados sobre a temática “Identidades: raça, gênero, sexualidade em debate na sala de aula” abordados na disciplina, Identidades: raça, gênero, necessidades educativas especiais, religiosidade e sexualidade, ministrada pela docente, Cleomar Felipe Cabral Job de Andrade, ocorrida no Curso de Especialização em EJA do IF Baiano Campus - Santa Inês, no ano de 2021. A metodologia utilizada foi a de revisão de literatura, a partir de publicações disponíveis em meio virtual. Este estudo utiliza-se da seguinte base teórica: Akotirene (2018), Dias e Andrade (2015), Gomes (2005), Mantoan (2017), Munanga (2008) e Piscitelli (2008). A construção social e simbólica das juventudes tem o corpo como território de existência, resistência, reprodução e transformação social, assim percebe-se a necessidade de estudarmos e debatermos sobre esses conceitos e o que se pode notar é a diversidade cultural de seres humanos, ou seja, deve-se haver uma transformação na perspectiva de construção de novas relações sociais onde o ser humano seja o centro. Este processo de conscientização precisa ser disseminado para toda a sociedade, é necessário que aconteça o aquilombamento das desmistificações de todos os tipos de preconceitos e estigmas implantados por nossa raiz colonial.

Palavras-chave: Raça; gênero; sexualidade.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

4 EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS AFIRMATIVAS E EDUCAÇÃO

Trabalho artístico-cultural

EBÓ DE PALAVRAS: O VERBO COMO OFERENDA – UMA AÇÃO EDUCATIVA DECOLONIAL

André Luiz dos Santos Bispo. Educador-integrante do Coletivo ebó de Palavras.
E-mail: ebódepalavras@gmail.com; Luciane Aparecida Tobias.

A Educação é um terreno sistêmico que possui a potência de transgredir, por via de suas práxis educativas, a liberdade da pessoa a partir de suas experiências em plena coesão com o mundo. Ou seja, sendo a educação um terreno fértil para os letramentos, é imprescindível que a pluralidade seja um atributo essencial nas práticas educativas. No entanto, na paisagem da educação formal brasileira, ainda é uma realidade a ínfima presença das epistemologias de matrizes africanas, afro-brasileiras e indígenas - sobretudo, quando comparadas com a quantidade de conteúdos eurocêntricos explorados no ambiente escolar. Em instituições museais e culturais, onde a educação não formal é a base dorsal das proposições e dialogias exercidas por seus núcleos educativos, essa realidade não é diferente – visto que, além das efemérides (13 de maio e 20 de novembro), os planos de trabalhos ainda se estruturam isentos de políticas afirmativas que legitimem o usufruto de uma pedagogia plural, composta por sabenças de matrizes africanas, afro-brasileiras e indígenas. É diante desse cenário da educação museal, no qual os planos de trabalhos que estruturam os programas educativos de museus ainda não contemplam as leis 10.639/03 e 11.645/08, que é criada no ano de 2011 a ação educativa “ebó de palavras: o verbo como oferenda”. Essa ação trata-se de uma proposição educativa radicalmente alimentada pela lei 10.639/03 e intersecciona teoria e prática no objetivo de propor a fundamental transgressão do conhecimento da língua portuguesa brasileira, identidade e cultura para um terreno pluricentrado. Ela surgiu originalmente como um curso de formação para um específico público da instituição museológica, sendo profissionais da área da



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

educação - especificamente professores e educadores das redes pública e privada do estado de São Paulo. À vista disso, esta ação educativa é composta por duas partes estruturais: A primeira tem como base a teoria, onde, a partir de referenciais teóricos, a pedagogia do diálogo tem como atenção as línguas quicongo, quimbundo e umbundo – pertencentes ao tronco linguístico banto e as línguas lorubá e Ewe-fon-, sendo bases essenciais para o alcance do entendimento sobre as polissemias linguísticas e étnico-culturais que sistematizam, não só o português falado no Brasil, mas também as culturas e identidades do território social brasileiro. A finalização desta etapa é por meio da criação de frases ou minitextos poéticos pelos próprios participantes a fim de serem compostos dentro de um alguidar - compondo um “ebó de palavras”. A segunda e conclusiva parte tem a prática como metodologia pedagógica. Com a composição do alguidar com os textos poéticos, o grupo é convidado, em cortejo, a despachar, simbolicamente o “ebó de palavras” em um monumento, praça ou rua da imediação do museu. O Objetivo, ao ser simbolicamente despachado no território, é que a pessoa passante acolha um escrito, levando consigo um verbo-oferenda escrito e oferecido por alguém que ela não conheça -, dessa maneira, incorporando e expandindo na educação não formal em museu, a práxis educativa decolonial para um lugar transgressor – o mundo.

Palavras-chave: Políticas Afirmativas; decolonial; educação.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

A IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO DO COLETIVO DE ESTUDANTES NEGROS E QUILOMBOLAS DA UFRB NO CAMPUS DE FEIRA DE SANTANA EM TEMPOS PANDÊMICOS

Carine dos Santos Pereira. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.
E-mail: carinepereira@aluno.ufrb.edu.br; Adailton Conceição Silva. UFRB; Isabel de Jesus dos Santos. UFRB.

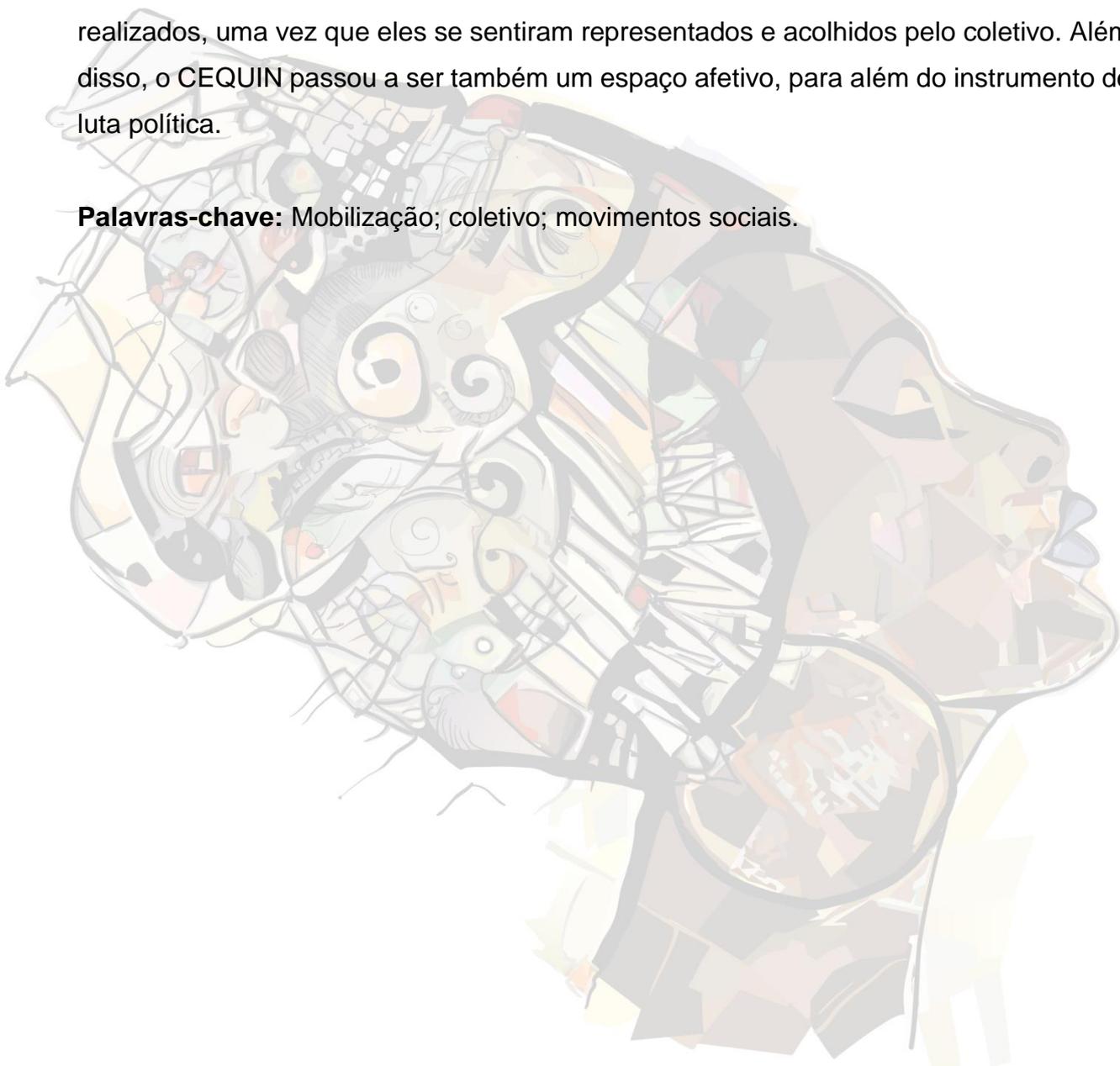
Os coletivos estudantis são todos grupos organizados por estudantes em favor de um único objetivo político, educacional e social. Pensando em histórias semelhantes, mas com vivências e experiências coletivas, ser negro e/ou quilombola em universidade federal no Brasil traz desafios para continuarmos permanecendo nesses espaços de relação de poder. Nesse caso, no ano de 2018, estudantes quilombolas do curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Matemática e Ciências da Natureza criaram, em assembleia, o Coletivo de Estudantes Negros e Quilombolas Maria Filipa de Oliveira (CEQUIN), situado no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, objetivando o fortalecimento da identidade negra e quilombola. Este trabalho tem como objetivo relatar o processo de auto-organização do Coletivo de Estudantes Negros e Quilombolas Maria Filipa de Oliveira durante a pandemia do COVID-19. As atividades do referido Coletivo ficaram suspensas, mas foi pensado em estratégias de mobilização para o retorno das ações políticas e educacionais de forma remota, como: grupos de estudos, eventos e reuniões. Essas mobilizações ocorreram virtualmente, a partir das plataformas digitais, via ferramenta *hangout*, *google meet* e *whatsapp*. Vale ressaltar que a formação do curso da Licenciatura em Educação do Campo dar-se-á a partir da Pedagogia da Alternância, que utiliza dois tempos formativos: Tempo Comunidade (TC) e Tempo Universidade (TU). Foi feito um grupo de estudo para debater sobre o racismo estrutural, desde a pós-abolição até os dias atuais. Com a baixa frequência dos membros nos encontros, recorreremos a outras estratégias. Escrevemos e executamos um projeto de Extensão “Il ciclo de rodas de conversas do CEQUIN - aquilombar-se em tempos de pandemia” em formato de roda de conversa virtual com alguns representantes das comunidades



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

tradicionais e camponesas. Com a finalização do projeto percebemos a volta dos integrantes que já haviam se desvinculado do coletivo, novos estudantes despertaram o interesse em está participando das reuniões e novos eventos foram planejados e realizados, uma vez que eles se sentiram representados e acolhidos pelo coletivo. Além disso, o CEQUIN passou a ser também um espaço afetivo, para além do instrumento de luta política.

Palavras-chave: Mobilização; coletivo; movimentos sociais.





Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

A METODOLOGIA APLICADA NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL (PET): CONEXÕES DE SABERES – AFIRMAÇÃO E O TRATAMENTO ÀS SUBJETIVIDADES DOS/AS UNIVERSITÁRIOS/AS NEGROS/AS

Elsie Santos de Jesus. E-mail: elsie.santos525@outlook.com; Beatriz Gomes Maia.

É válido destacar a importância da Lei 12.711/2012 e seu papel na garantia do direito constitucional de acesso para pessoas pertencentes a grupos minoritarizados, entre elas, sujeitos/as negros/as, aos espaços de ensino, como também é de suma relevância destacar a função desta mesma lei na gradativa ocupação desses indivíduos nos espaços acadêmicos públicos. Dessa forma, compreende-se enquanto um relevante feito investigar, como esses sujeitos/as racializados/as em seu percurso formativo são compreendidos pelo ambiente acadêmico que ocupam e como as instituições de ensino superior, a partir de seus respectivos eixos basilares, têm buscado contemplar normas que analisem e viabilizem o reconhecimento e entendimento acerca de subjetividades que atravessam tais corporeidades. Nesse sentido, esta pesquisa busca investigar a relação de projetos organizados para apreciação humanística, voltado ao ajuste social de pessoas negras no ambiente acadêmico, concebendo diálogos acrescidos de suas respectivas realidades e apresentando conceitos como: *letramento racial e epistemicídio*. Dessa maneira, viabiliza-se a compreensão metodológica evocada por intervenções que buscam destacar a importância do diálogo através de debates temáticos, cujo objetivo é construir reflexões acerca do processo formativo superior para sujeitos/as negros/as, compromissando-se com a construção gradativa presente-futura de um projeto educacional antirracista, decolonial e humanizador para todos/as/es. Para tal, a pesquisa partirá das atividades orquestradas pela atual formação do grupo *PET: Conexões de Saberes – Afirmação* (realizadas, atualmente de forma remota) sendo estas: os Xirês Afirmativos (realizado todas últimas sextas-feiras do mês) e o Seminário de Mulheres Negras (realizado anualmente) com a perspectiva de demonstrar a importância de arquitetar práticas e métodos que busquem tornar a vivência acadêmica menos árdua para pessoas negras, possibilitando diálogos que fujam das normas mecânicas pré-estabelecidas na acadêmica. No entanto, para que isso ocorra torna-se necessário,



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

obviamente, o desvio desse processo mecânico, priorizando diálogos construídos a partir da oralidade, com o principal intuito de tornar o debate acessível a todos/as e ser menos um item que cause sobrecarga física e mental, tendo em vista as demandas já exigidas pela própria formação. Desse modo, o entendimento dessa prática e a sua importância é pensar em abordagens metodológicas que até mesmo possam atravessar a esfera acadêmica, chegando a outros espaços que a corporeidade negra e sua população se fazem presentes. Por fim, considerando o trajeto traçado, tendo em vista concepções contra-hegemônicas e decoloniais, foi possível apontar que o sentido da palavra acolhimento é o potencial estímulo das atividades orquestradas pelo grupo, permitindo assim, o favorecimento pela busca da potencialização desses/as sujeitos/as negros/as e o tratamento das suas respectivas subjetividades, visando à criação de novos cenários que fujam e intervenham a atual narrativa genocida que (n)os assola.

Palavras-chave: Decolonial; políticas públicas; corporeidade negra.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

A “CANOA CAIÇARA” COMO ELEMENTO CULTURAL DE POVOS TRADICIONAIS A SER UTILIZADO NO ENSINO DE HIDROSTÁTICA

Felipe Batista da Silva. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
E-mail: felipe_bsilva@yahoo.com.br.

Este trabalho visa relatar a experiência da elaboração de uma sequência didática sobre noções de hidrostática, a partir dos conhecimentos prévios de estudantes pertencentes a comunidades de povos tradicionais caiçaras, comunidades quilombolas e indígenas da região litorânea da Serra da Bocaina (Ubatuba/SP, Paraty/RJ e Angra dos Reis/RJ) sobre os conceitos de densidade e pressão, para uma disciplina do curso de licenciatura em física na Universidade Federal de Santa Catarina. As noções de hidrostática são importantes para que o estudante compreenda o mundo e o universo ao qual está inserido culturalmente, assim se adequando aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+). Essa sequência busca contemplar as leis 10.639/03 e 11.645/08 para o ensino de física com a utilização de lideranças locais, materiais audiovisuais e textos, assim como a adequação ao Conselho Nacional de Educação (CNE) que na Resolução nº 1 de 7 de junho de 2004, no Art. 2º, que objetiva a promoção da igualdade étnico-racial de populações excluídas historicamente através positivas representações de seus legados. Assim, traz a “canoa caiçara” como elemento cultural a ser explorado na abordagem de hidrostática, dialogando com o cotidiano desses estudantes e a cultura local sobre os conhecimentos de construções e usos das canoas caiçaras, essa sequência didática visa contemplar também para a formação uma cidadania ambiental, sustentável, e com uma conduta crítica face às questões socioambientais e socioculturais, utilizando uma abordagem CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade). A motivação desse trabalho ocorreu devido à dificuldade de encontrar sequências didáticas de ensino de física que abordam e contemplam as leis 10.639/03 e 11.645/08, com uma dificuldade ainda mais acentuada na contemplação das populações tradicionais brasileiras, populações essas que, atualmente, vem conquistando modalidades de ensino e educação específicas. Essa sequência didática foi estruturada em oito aulas de 50 minutos e um encontro com lideranças locais, onde abordarão conhecimentos sobre a construção e usos da canoa



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

caixara, esse encontro será construído em união e cooperação entre a comunidade e a escola. Os objetivos a serem atingidos são a percepção da aplicação do conhecimento físico de densidade, pressão e pressão atmosférica, compreender a importância desse conhecimento em conjunto com as tradições culturais do cotidiano desses povos, bem como, a compreensão das relações matemáticas e proporcionalidades das grandezas físicas que se relacionam com densidade e pressão hidrostática. A sequência foi pensada e estruturada de uma forma idealizada, mas acredita que sua estruturação deve ser realizada em conjunto com a comunidade local. Com isso sua elaboração evidenciou a necessidade que na formação de professores de física precisa se preocupar com a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 para o ensino de física, pois essa aplicação precisa acontecer em todas as áreas do ensino e não apenas para as áreas de humanidades e artes.

Palavras-chave: Leis; ensino; hidrostática.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

COSMOVISÃO INDÍGENA E ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA: POSSIBILIDADES PARA LEI 11.645/2008 A PARTIR DO TERRITÓRIO GUERÉM, VALENÇA-BA

Adonias dos Santos Ramos. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: adsramos@aluno.ufrb.edu.br; Thiago Leandro da Silva Dias.

A lei 11.645/2008 fundamenta e amplia a discussão das relações étnico-raciais na Educação Básica, no entanto tem sido reafirmado que esse dispositivo legal não é aplicado na maioria das nossas escolas. Afim de que se aconteça a tão almejada “Decolonização do nosso território” o Coletivo Étnico Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, juntamente com o Grupo de Estudo e Pesquisa Docência, Currículo e Formação (DOCFORM/CFP/UFRB) em articulação com algumas instituições e sujeitos, construíram o projeto “Formação Docente: Desafios e possibilidades do fazer pedagógico a luz da lei 11.645/2008 no contexto do distrito do Guerém, Valença-BA” que tem como objetivo desenvolver uma formação docente refletindo sobre a educação das relações étnico-raciais no contexto das escolas localizadas no distrito Guerém, Valença (BA). Em virtude do contexto de pandemia de COVID-19, as ações estão sendo realizadas em plataforma virtual, alternando momentos síncronos e assíncronos de participação em coletivos. Ao longo da formação estão sendo debatidos conteúdos que possibilitem educadoras(es) subsidiarem seus fazeres pedagógicos a partir da contextualização da lei 11.645/2008 por meio de diálogo com convidadas(os), leitura de textos, vídeos e prosas com anciões que partilham saberes sobre a história, memória e cultura dos Povos Originários do Distrito de Guerém. Sabemos que a lei 11.645/2008 é oriunda das lutas sociais e de suma importância para o nosso povo. Nossos ancestrais passaram os nossos conhecimentos por meio da oralidade e é pela comunicação que os nossos mestres e mestras ensinam e abençoam. Essa ferramenta carrega nossa história, nossa memória e a nossa tradição. Esse projeto aponta com clareza uma construção de uma Práxis Decolonial na qual sujeitos da história, que até aqui não conheciam a sua identidade, eram silenciados e negados, estão colaborando significativamente na “decolonização” do território Guerém, em que se reconheça a



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

pluralidade epistêmica dos povos que foram colonizados e estereotipados. Nesse sentido, apontamos, em reflexão coletiva, possibilidade de decolonizar os currículos a partir da matriz indígena originária amparada na legislação em questão, reforçando a necessidade de uma ressignificação epistemológica sobre os conhecimentos hegemonicamente legitimados. Assim, destacamos algumas abordagens que levem em consideração a vivência de processos educativos orientados por valores, visões de mundo e conhecimentos indígenas, tais como o uso da história oral dos mestres e mestras da comunidade sobre a origem da vida e do ser humano, sobre os fenômenos naturais, animais, plantas, saúde e cura, além da própria forma de ser/fazer que herdamos na produção agrícola e de saberes hoje considerados agroecológicos, e que deveriam fundamentar políticas públicas de gestão, manejo e conservação da diversidade biológica e cultural associadas à terra e às águas, por exemplo, dos rios Jiquiriçá, Piau, Una e Jereba do território Guerém.

Palavras-chave: Étnico-raciais; ensino; biocultural.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

CURRÍCULO E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: INCONCLUSÕES DA TEMÁTICA DA LEI 10.639/03

Êmille Santana Moreira Nunes. E-mail: emille.nunes@live.com.

O diálogo as possibilidades entre currículo, relações étnico-raciais e atuação docente, para perceber como é possível uma educação antirracista, está pesquisa intitulada O currículo e as relações étnico-raciais: um estudo sobre atuação docente das egressas do curso de pedagogia do de DEDC-Campus XI-UNEB. Nessa perspectiva, este estudo tem como questão norteadora: o currículo do curso de pedagogia do DEDC-Campus XI-UNEB favorece a atuação docente na temática das relações étnico-raciais? Como objetivo geral: compreender como o currículo do curso de pedagogia do DEDC-Campus XI-UNEB favorece a atuação docente na temática das relações étnico-raciais. E objetivos específicos: mapear e analisar as produções de conclusão de curso de pedagogia do DEDC-Campus XI-UNEB relacionadas a temática das relações étnico-raciais; analisar se o currículo dá condições para os professores mediar as vivências e interações em sala de aula em relação à temática e apresentar as possibilidades de atuação docente, dos egressos do DEDC-Campus XI-UNEB referente à temática. A fundamentação teórica foram: Silva (1999), Sacristán (2000), Godoy (1995) Gomes (2005/2007) Apple (2001). A metodologia desta pesquisa é de abordagem qualitativa, teve como coleta de dados a entrevista semiestruturada com três professoras egressas do DEDC-Campus XI-UNEB do curso de pedagogia. Uma ruptura do diálogo entre currículo e a atuação docente para o trato com as relações étnico-raciais foi um resultado que evidenciou a baixa representatividade das discussões ao longo da formação inicial.

Palavras-chave: Currículo; educação; étnico-raciais.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

DESCOLONIZANDO A EDUCAÇÃO BÁSICA: CICLO DE DEBATES ANTIRRACISTAS

Raíssa Barreto Caldas da Silveira. Discente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. E-mail: raissacaldas@aluno.ufrb.edu.br; Dyane Brito Reis Santos. Docente da UFRB.

O espaço escolar ainda reproduz a tradição colonial, racista e sexista e, junto às políticas afirmativas, urge debater caminhos para a decolonialidade. O projeto que apresentamos teve como objetivo difundir práticas antirracistas na sala de aula, promovendo diálogos com professores-pesquisadores, educadores do ensino básico e profissionais da educação popular, buscando compreender os desafios e percalços no ambiente escolar de forma a ampliar a discussão sobre estudos decoloniais e práticas antirracistas, visando caminhos para implementar efetivamente as Leis 10.639/03 e 11.465/08 e, conseqüentemente, contribuir para preparação educacional inclusiva aos profissionais da educação. O presente relato de experiência é fruto do projeto de extensão “Descolonizando a educação básica: ciclo de debates antirracistas” com ênfase em educação antirracista para docentes, discentes e gestores das escolas municipais e estaduais onde o Programa de Instituição de Bolsas de Iniciação Docente - PIBID, subprojetos de Sociologia e História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB- atuam, tendo sido realizado entre o período de outubro a dezembro de 2020, sendo 3 pelas plataformas virtuais do *Google Meet* e 8 transmissões ao vivo pelo YouTube. Nos encontros online foram debatidas as teorias e práticas antirracistas e decoloniais a fim da ampliação das representações positivas dos negros e indígenas em todas as áreas de conhecimento da educação básica, dialogando com os saberes das comunidades remanescentes de quilombo e das comunidades indígenas visando aplicação dessas práticas de forma transversal e estruturante nas escolas, formando professores mais cientes de si, comprometidos com uma educação inclusiva em prol da emancipação dos sujeitos e, também, da construção positiva das suas identidades.

Palavras-chave: Educação; étnico-raciais; decolonialidade.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DIÁLOGOS NECESSÁRIOS

Ane Carine Conceição Rosas. Mestranda em Educação e Contemporaneidade PPGEDUC – UNEB. Licencianda em Matemática na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: aneccrosas@gmail.com

A aprendizagem efetiva é consequência, dentre outras coisas do significado dos conteúdos nas vivências dos sujeitos. Esta assertiva figura com frequência nos discursos docentes e a Lei 10639/03 é um exemplo da importância do autoreconhecimento e suas significância para o desenvolvimento cognitivo na educação básica. No entanto, o que dizer dos processos formativos dos professores e professoras ao que tange a esta educação das relações étnico-raciais? Qual a significância desta nova prática para quem não foi encantado pelos conhecimentos de origem africana e afro brasileira? Visando responder a estas questões, a pesquisa tem por objetivo principal subsidiar ou apresentar a construção de processos formativos significativos para uma educação antirracista. Para atingir este objetivo, será necessário identificar quais ações são desenvolvidas na cidade de Candeias, um município da Bahia, com intuito de subsidiar outras práticas educativas que não as tidas como hegemônicas; comparar o quantitativo das ações empreendidas com as ações compreendidas para este fim pelos/as docentes e sistematizar as impressões dos participantes da pesquisa em prol de divulgar ou construir novas propostas de formação. O percurso metodológico utilizado fará um diálogo entre as abordagens quantitativa e qualitativa, por meio dos métodos de levantamento de dados das ações empreendida pela gestão municipal, as compreendidas, para este fim, pelas/os docentes e a percepção das/os educandas/os quanto à presença dessa nova perspectiva de educar seu cotidiano. Em posse desses levantamos e suas análises, tanto numérico quanto subjetivo far-se-á necessário, convergi-los com outros/as autores e autoras reconhecidamente relevantes para a discussão étnico-racial a fim de construir ou divulgar com os participantes da pesquisa um modelo de formação que possa contemplar a inserção da temática racial no cotidiano escolar de maneira qualificada e não mais estereotipada ou meramente comemorativa.

Palavras-chave: Antirracista; educação; encantamento.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: PROJETOS INTERDISCIPLINARES E SEU DESEMPENHO NO COLÉGIO ESTADUAL CAMINHO DO SABER

Jaine da Silva Souza. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Pós-Graduanda em Educação e Tecnologias Digitais. E-mail: jaine8307@gmail.com

A presente pesquisa, trata-se da execução de projetos motivadores que defendam cada dia mais a nossa diversidade, como é o caso dos projetos interdisciplinares na unidade de ensino aqui mencionada. Conseqüentemente, destaca-se o quanto o trabalho de toda comunidade escolar torna-se pertinente para realização e êxito destas propostas, uma vez que, o processo de ensino aprendizagem encontra-se interligado a diferentes contextos. Para tal, busca-se demonstrar a eficácia destes projetos, além de perceber as mudanças após a implementação destes, além de entender a relevância da gestão e liderança para sua efetivação. Para realização desta reflexão, foram trazidas as ideologias de diversos autores que transpõe os vários espaços educativos e debates da atualidade, além dos direitos e deveres assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394/96 e Constituição Federal 1988. O procedimento metodológico ocorrerá através da análise das fontes documental de forma exploratória e bibliográfica relacionadas a temática, além da realização de entrevistas e aplicação de questionários. Para além disso, vários conceitos serão problematizados e discutidos a fim de compreender a ideia da proposta nesta pesquisa.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; educação; diversidade.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

FORMAÇÃO CONTINUADA: FORMAÇÃO CONTINUADA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E POVOS TRADICIONAIS

Eliane Fátima Boa Morte do Carmo. Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: boamorte.ufba@gmail.com; Maria Antonia de Almeida Alves. Instituto Federal Baiano; Noliene Silva de Oliveira. Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

A história da educação brasileira registra uma longa trajetória em que, por diversos e variados motivos, determinados grupos sociais se sobrepuseram a outros. Nessa perspectiva, entender e promover educação de qualidade, atualmente, implica em mergulhar na nossa própria história para, a partir daí e das marcas deixadas pelas relações de cunho étnico-raciais, refazer uma prática de ensino em que os diversos sujeitos sejam devidamente respeitados na sua história e cultura. Assim, é urgente que os professores e as professoras reavaliem suas práticas de ensino, no sentido de que sintam, primeiramente em si, a necessidade de mudança, sendo que essa se reflita no seu cotidiano escolar. A partir dos debates acalorados em torno das questões educacionais no Brasil na atualidade, a formação visa, sobretudo, criar um espaço de formação-discussão no qual temáticas relacionadas à consciência política, construção e fortalecimento de identidades étnico-raciais, direitos humanos, racismo, intolerância religiosa, gênero, linguagens e outros, estarão a todo o momento sendo contempladas. Neste sentido, entendemos que a formação-discussão é um momento em que a compreensão para a operacionalização será o foco principal das atividades, lançando-se mão, para isso, de um vasto material e metodologia. Desse modo, o intuito é proporcionar momentos de reflexões sobre o repertório relativo ao ensino-aprendizagem no cotidiano das práticas escolares, a partir da inserção do que preconiza a Lei nº 10.639/2003 e pelos Referenciais Curriculares Municipal; detectar e analisar os entraves existentes no processo ensino-aprendizagem que não têm contribuído para uma práxis satisfatória em consonância com as diversidades existentes no espaço escolar; aprofundar as discussões acerca de conceitos básicos que norteiam a temática; e planejar, elaborar e produzir atividades que possam ser utilizadas pelos professores e profissionais da educação em sua práxis. Portanto, nossa metodologia busca fazer um



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

contraponto entre a teoria e a prática desenvolvida pelos cursistas em suas funções. Portanto, o curso será desenvolvido utilizando exposição participada mediada por tecnologia através da análise crítica de textos e matérias de revistas, jornais, resumos, resenhas, situações problema, vídeo, dinâmicas de grupo, oficinas pedagógicas, seminários temáticos e elaboração de material didático.

Palavras-chave: Racismo; povos tradicionais; educação.





Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: POSSIBILIDADES PARA À IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Bruna Pereira da Silva. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.
E-mail: bruna.pereira@aluno.ufrb.edu.br; Rosangela Souza da Silva. UFRB.

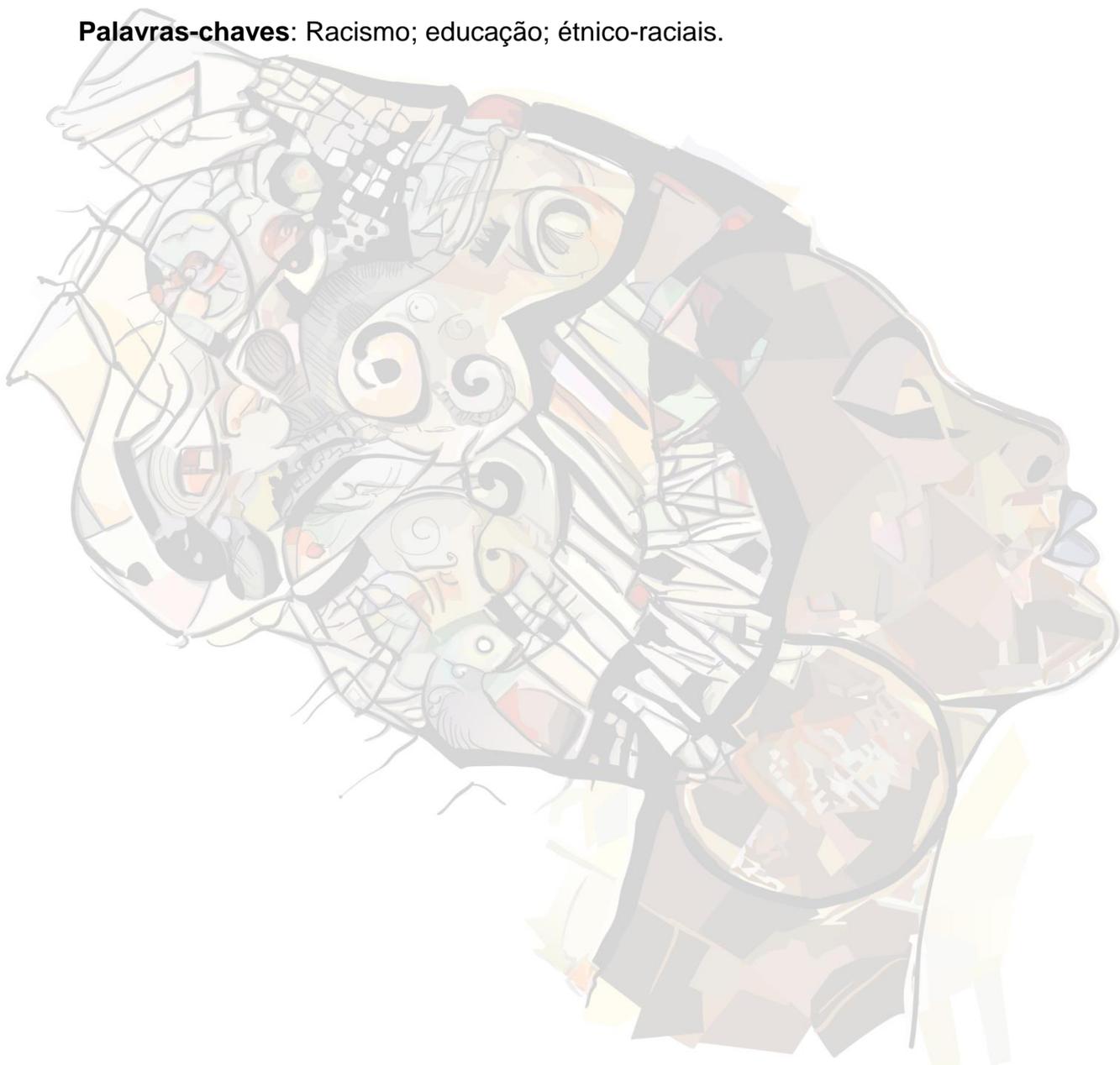
Os debates em torno da aplicação da Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica, giram em torno da existência de lacunas ou da inexistência dos pressupostos teórico-conceituais na formação inicial e continuada de profissionais da educação para atuarem em sala de aula e na escola com as temáticas preconizadas pela Lei; do processo de minimização e/ou invisibilização de práticas racistas e discriminatórias contra estudantes e a população negra nos espaços escolares e na sociedade em geral; assim como, a persistência de representações negativas em torno da História da África e Afro-brasileira, principalmente, no que tange aos signos e símbolos das religiões de matriz africana que, constantemente, são diabolizadas e achincalhadas em vários espaços/situações desta sociedade. De todo modo, a Lei 10639/03 se constitui como uma ação de uma política afirmativa, que busca promover mudanças no âmbito do sistema educacional brasileiro, em relação ao enfrentamento e a eliminação das discriminações cunho racial contra as crianças e jovens negras/os nos espaços educacionais, tendo em vista que há necessidade de reconhecimento/valorização das realizações históricas, do ponto de vista intelectual, político, artístico e profissional, do povo negro no Brasil. Assim, a proposta de projeto de Trabalho de Conclusão de Curso aqui relatada tem como objetivo compreender possibilidades de construção de ferramentas educativas e pedagógicas, pela formação continuada de professoras/es das séries iniciais do ensino fundamental, para aplicação da Lei 10639/03 no ambiente escolar. Metodologicamente, a pesquisa se insere na abordagem qualitativa, de inspiração etnográfica, cujos sujeitos serão professoras/es de uma escola pública da cidade de Amargosa/BA. Desta maneira, como instrumentos para obtenção de informações, estão propostas a utilização de observações e as entrevistas com os



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

sujeitos referidos. Por fim, neste trabalho apresentaremos os contornos da elaboração do projeto em fase de sua formulação.

Palavras-chaves: Racismo; educação; étnico-raciais.





Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

GRUPO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E AGROECOLOGIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: O ENSINO, PESQUISA E A EXTENSÃO NO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Isabele Santana Brito. Discente da LEdoC CETENS/UFRB.
E-mail: isabele.santana00@gmail.com; Ana Paula Inacio Diório. Docente da LEdoC CETENS/UFRB; Isabel de Jesus Santos dos Santos. Docente da LEdoC e TCA CETENS/UFRB.

A Universidade pública precisa garantir o preceito indissociável do ensino, da pesquisa, da extensão e das ações afirmativas. Para isso precisamos criar espaços, dentro e fora da academia, cujos discentes possam ser aqueles que irão materializar esses pilares os quais são basilares para sua formação. Quando extrapolamos essa perspectiva para uma universidade como a UFRB, majoritariamente negra, feminina, com estudantes oriundos do campo e com renda per capita abaixo da média nacional, temos a certeza de que as políticas afirmativas estão no pilar de sustentação desse quadripé acadêmico. O objetivo desse trabalho é apresentar as ações do Grupo de Estudos em Educação das Relações Étnico e Agroecologia (GERA), que reúne estudantes da graduação, de mestrado, professores da educação básica e docentes da UFRB e outras IEs para estudos e aprofundamento acerca da temática das questões étnico raciais no diálogo com a Agroecologia e a Educação do Campo. A criação do grupo está atrelada às ações do Grupo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Educação das Relações Étnico Raciais e dos projetos de pesquisa dos docentes e discentes, ao Programa de Extensão ERE de formação em Educação Étnico-Raciais na Educação do Campo e aos componentes curriculares com essa temática. As ações têm sido desenvolvidas a partir de projetos de extensão e orientações de trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação, além do espaço de encontros para estudos e aprofundamento dessas temáticas, especialmente, nos cursos de Educação do Campo cuja Pedagogia da Alternância, a partir dos diferentes espaços formativos tempo universidade (TU) e tempo comunidade (TC), proporciona outra perspectiva de formação dos sujeitos do campo pois as comunidades rurais participam ativamente desse processo. Sendo assim, a



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

proposta desse grupo de estudos nasce dessa necessidade de organização coletiva entre docentes, discentes e comunidade externa na perspectiva de criarmos uma rotina de estudos que dê conta de um aprofundamento necessário às ações acadêmicas que estão sendo desenvolvidas a partir da temática da educação étnico racial pautada nas bases epistemológicas, nas concepções e princípios da Agroecologia e da Educação do Campo. As principais linhas de estudo são: educação escolar quilombola; Raça, classe e gênero e geração; Educação Científica e Agroecologia; metodologias de pesquisa em educação das relações étnico raciais e feminismo negro. Os encontros são quinzenais e por meio de leituras coletivas aprofundamos, debatemos e delineamos metodologias de pesquisa interseccionais a partir da temática de estudos proposta. O grupo é composto, majoritariamente, por estudantes negros e quilombolas da Educação do Campo e tem proporcionado um espaço de formação, sobretudo, por meio da leitura dos livros selecionados e da capacidade de integração entre ações de ensino, pesquisa, extensão e as ações afirmativas as quais tem contribuído para permanência, já que se transformou num espaço de acolhimento e diálogo acerca das relações étnico-raciais que são centrais em suas vidas pessoais e acadêmicas. E por isso, acreditamos que essas ações contribuem para o fortalecimento das políticas afirmativas dos estudantes da Educação do Campo do CETENS na UFRB.

Palavras-chave: Formação; relações raciais; agroecologia.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

LUGARES OCUPADOS PELOS CORPOS NEGROS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

Janiele Nunes Almeida. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.
E-mail: janielenunes@aluno.ufrb.edu.br; Rosangela Souza da Silva. UFRB.

As pesquisas sobre relações étnico-raciais e educação apontam que a trajetória educacional de pessoas negras continua sendo interrompida pelo racismo e seus derivados e há em torno disso um silêncio nos espaços escolares. Silenciamentos de professoras/es e de outros/as profissionais da educação, diante da violência racial contra jovens e crianças negras também é uma constante. Estes são inadmissíveis, pois, o papel destas/es profissionais da educação vai muito além da oferta de conteúdos para formação intelectual de indivíduos, os espaços escolares com as/os profissionais que lá circundam, devem promover o respeito às diferenças, combatendo a naturalização de práticas racistas, homofóbicas, lgtfóbicas, entre outras. Outrossim, nestes espaços, ainda se faz necessário oportunizar reflexões que levem a compreensão de como uma sociedade racista e excludente, produz discursos e práticas que fixam papéis e lugares para os grupos subalternizados, aqui em específico, negras e negros. De todo modo, os estudos que abordam sobre a discriminação racial nos espaços escolares, também sinalizam o quanto é nocivo tal situação para os/as jovens e crianças negras que a vivencia, pois, impacta de forma negativa no desenvolvimento das suas aprendizagens; impede que o reconhecimento de si e de seus pares se construa de maneira positiva, que conseqüentemente, prejudica a construção da autoestima dos sujeitos; assim como, demonstra como as representações depreciativas da História, da religião, das culturas e dos corpos negros, impulsionam relações interpessoais discriminatórias. Do ponto de vista das discussões sobre os corpos negros, sabe-se, que foi/é também nos corpos, que as pessoas negras foram/são marcadas negativamente, pois, sobre seus corpos são dirigidos distintos olhares, discursos e práticas, que além de colocá-las em lugares de degrado, tentam naturalizar/justificar as violências de toda ordem que incidem sobre esse. É neste sentido, que se torna mais necessário implementação da Lei 10.639/2003, uma política afirmativa adotada pelo Estado brasileiro (devido as pressões históricas do



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

Movimento Negro Brasileiro), que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica. A Lei, tem como um dos objetivos promover o reconhecimento da história do povo negro, se opondo às formas reducionistas de apresentação desta História, isto é, dignificar as memórias e realizações das populações negras, que reexistiram, sacrificando seus corpos. Dito isto, é que a nossa proposta de projeto de Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo identificar os lugares ocupados pelos corpos negros na implementação da Lei 10630/03, posto que, é no corpo que se materializa as nossas humanidades. Do ponto de vista metodológico, se configura em uma pesquisa bibliográfica, que se caracteriza pelo levantamento de materiais publicados por autoras/e sobre determinados temas, que os são livros, artigos científicos, teses, dissertações, entre outros. Assim, neste trabalho apresentaremos os contornos da elaboração do projeto em fase de sua formulação.

Palavras-chaves: Educação; afro-brasileira; negros.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

MEMORIAL FORMATIVO: PERCEPÇÕES SOBRE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS NA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA/SUBPROJETO BIOLOGIA NO ANO DE 2021

Michele de Jesus Sampaio. Discente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: sampaiomichele@aluno.ufrb.edu.br

O subprojeto/Biologia da residência pedagógica teve início ao seu primeiro módulo em outubro de 2020, com atrasos por causa da pandemia. Essa realidade deixava os residentes aflitos, pois não possuíamos a experiência de lecionar em um ensino remoto. Iniciar a residência remotamente foi desafiador, pois as dificuldades são muitas, dentre elas se destacam a falta de qualificação dos professores em ensino a distância, a falta de aparelhos como computadores e celulares, internet ruim ou a falta dela. Outra questão é o interesse dos alunos, onde muitos perderam o interesse nas aulas e/ou começaram a trabalhar para ajudar em casa. Diante desse cenário a escola campo Centro Educacional Cruzalense, onde sou residente, as aulas estão acontecendo por meio de duas plataformas digitais, o *WhatsApp* e o *Google Meet*. O *WhatsApp* é o recurso que mais utilizo, muitos dos meus alunos não tem um celular bom ou um notebook para assistir às aulas pela a plataforma *Google Meet*. Como a maioria dos alunos tem *WhatsApp*, a escola tem a sala de aula virtual que é o grupo do *WhatsApp*. Cada ano tem seu grupo, por exemplo todas as turmas do 8ºano estão juntas em um único grupo. Cada disciplina tem o seu dia e horário específico, como as aulas de ciências que são às terças feiras de 8 horas às 9 horas e 30 minutos no período da manhã e 13 horas às 14 horas e 30 minutos no período da tarde. Além da regência das escolas campos, outras atividades para a formação dos residentes foram realizadas, como os webinários formativos e oficinas que na primeira edição foi voltado apenas para o público do subprojeto biologia da UFRB. Já na segunda edição foi aberto para a comunidade externa do subprojeto. Essas atividades, onde foram discutidas abordagens temáticas como planejamento, avaliação, seleção de conteúdos e dentre outros são importantíssimas para a formação dos residentes. A experiência adquirida nesse primeiro módulo permitiu que eu desenvolvesse habilidades com as plataformas digitais, já que durante o webnário e a oficina fui responsável pela a administração da plataforma



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

Google Meet e na projeção. A minha postura e visão profissional mudou, como devo me relacionar aos meus colegas residentes, com a professora Rosana Almassy, professora Érica de Oliveira e os meus próprios alunos do CEC. A produção de recursos de ótima qualidade, como apresentações de slides, gravações de vídeos aulas, quiz interativo, produção de memes educativos, maquetes e atividades.

Palavra-chave: Percepções; educação; ensino remoto.





Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

ODEERE E NEABI: AS CONSTRUÇÕES DAS IDENTIDADES DE JOVENS EM ITIRUÇU/BA

Luciana dos Santos Brandão. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.
E-mail: luciana.cardoso.brandao@gmail.com.

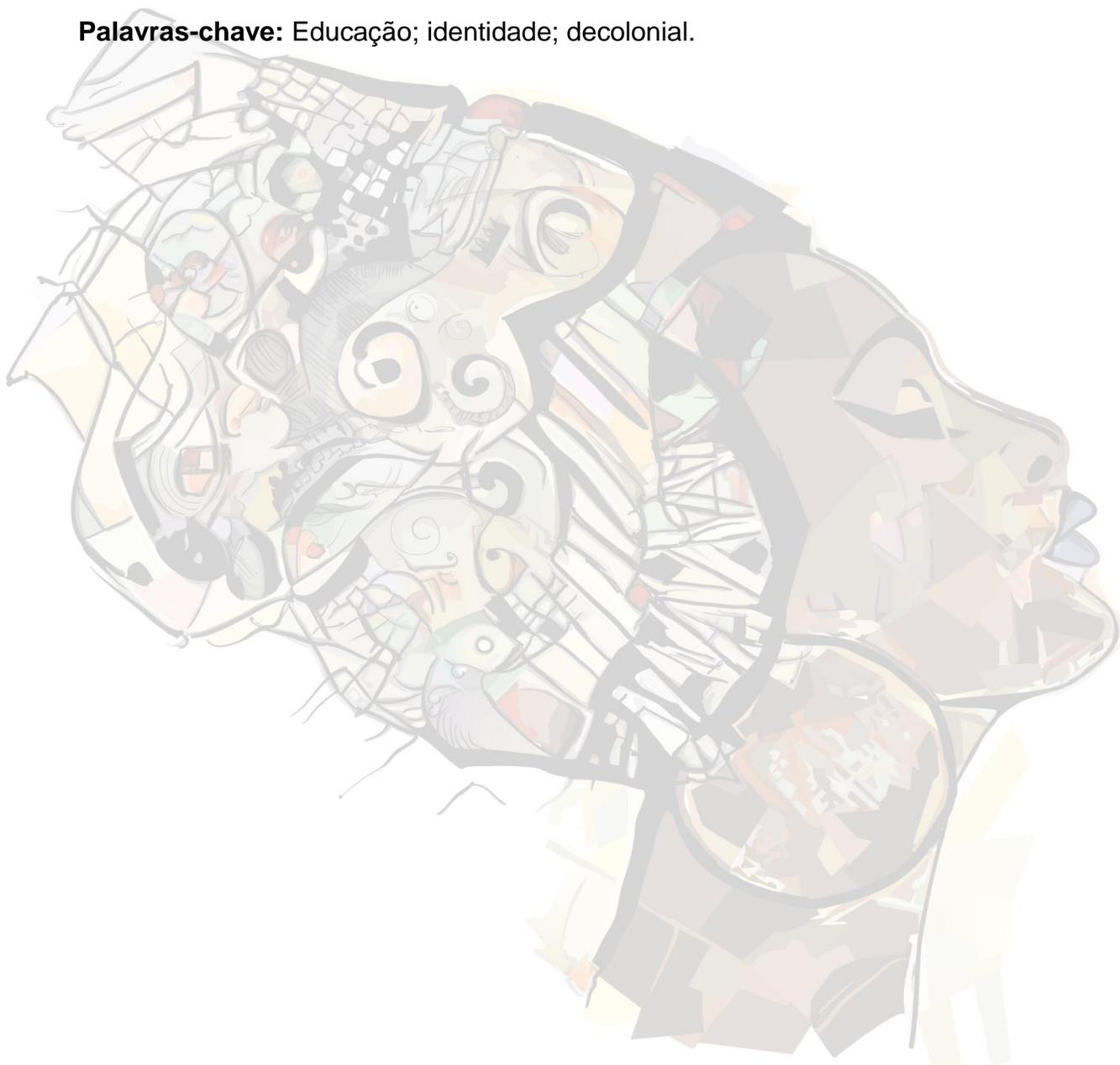
O texto apresenta a ligação ancestral entre o Núcleo de Educação Afro Brasileira e Indígena de Itiruçu-NEABI e o Órgão de Educação das Relações Étnicas Raciais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, ODEERE/UESB. O NEABI nasce a partir dos caminhos e descaminhos que se entrecruzam com o ODEERE no ano de 2005. O ODEERE situado no município de Jequié no Bairro do Pau Ferro promove cursos de extensão que envolve a comunidade externa, principalmente os docentes. Nesse movimento uma das participantes do curso ora mencionado, instigada pelos debates e percebendo que em seu município ainda invisibilizava a contribuição das pessoas negras no campo social e cultural tem a ideia de criar o NEABI. Esse estudo ilustra que inicia em Itiruçu um intenso diálogo a fim de instituir um órgão que discutisse sobre o protagonismo das pessoas negras. Diante do exposto, importa salientar que o percurso metodológico de natureza exploratória apresenta os desafios, resistências e discriminações para se instituir o NEABI no ano de 2014. Nesse caminho de tensionamentos, muitas ações foram executadas, e sem dúvida, essa investigação objetiva descrever tais ações e como estas colaboraram nas produções das identidades de jovens de Itiruçu. Nesse contexto, além de um trabalho realizado cotidianamente nas escolas municipais, foi também criado o Grupo de Performance Afro nomeado como África em Nós, e um outro Grupo de Dança nomeado Raízes Afro, ambos, dentre outras participações municipais, também participaram do V Congresso Baiano de Pesquisadores Negros-V CBPN, sediado na UESB em 2015. A raiz desse trabalho é escurecer como o NEABI e ODEERE num movimento ancestral colaboraram na construção ou desconstrução das identidades étnicas e de gênero desses/as jovens. Nessa lógica decolonial, a pesquisa apresenta a necessidade de desmontar o modelo ocidentocêntrico local e global, bem como, buscar a valorização das identidades afro-



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

brasileira e suas raízes históricas de forma mais ampla rompendo com os resquícios coloniais.

Palavras-chave: Educação; identidade; decolonial.





Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

PERMANÊNCIA E PÓS-PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE O PET EM TEMPOS DE COVID – 19

Carlos Eduardo Miranda Lima. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. carloseduardoduda262@gmail.com; Márcia C. B. Souza, Rita de Cássia Dias P. de Jesus.

O Brasil promoveu importantes avanços na educação para a superação das desigualdades sócio-raciais a partir de 2005, com a adoção das Políticas Afirmativas no ensino superior e a ampliação de medidas de equalização social. A atual presença expressiva de estudantes negras/os e indígenas, oriundos das classes populares frequentando os cursos de graduação das universidades públicas, é resultado do enfrentamento ao racismo e aos processos de exclusão social que marcavam a sociedade brasileira. Exemplo dessa transformação é a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, criada em 2005, com a política de cotas (sociais e étnico-raciais), e uma política institucional de promoção da igualdade e da diversidade, através da criação da pioneira Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis. No conjunto das políticas institucionais de ensino, a UFRB aprova a criação de grupos de Educação Tutorial, que articulam a relação entre ensino-pesquisa-extensão-formação-políticas afirmativas, a exemplo do grupo PET Conexões de Saberes: Acesso, Permanência e Pós-Permanência na UFRB, visando atender a esse “novo” perfil de estudantes cotistas do ensino superior brasileiro. Neste estudo apresentamos a análise da etnopesquisa qualitativa, sobre o desenvolvimento do êxito acadêmico de estudantes negros/as cotistas na UFRB, em relação à permanência e à pós-permanência dos/as acadêmicos/as, vinculados ao grupo PET, no período entre 2010-2020, especialmente afetados pelo contexto da pandemia de COVID-19, que exigiu a adaptação das ações/interações/vivências/práticas ao modelo remoto. A pesquisa desenvolvida em fluxo contínuo desde 2015, revela os aspectos potencializadores da formação destes/as acadêmicos/as, a partir da inserção na dinâmica da educação tutorial, traz um panorama acerca das vivências/experiências formativas, durante a permanência e na pós-permanência no ensino superior, bem como, os diferenciais qualitativos aportados por



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

eles/as na reflexão sobre a vivência e formação cultural, a partir das práticas do grupo, os projetos de vida individuais, e a participação cidadã por eles/as empreendida. O estudo realizado em 2020, a partir da análise das “lives” “MEU PET é DEZ”, celebrativas dos dez anos de criação do grupo, nas quais petianos/as egressos/as analisam os impactos da educação tutorial em sua formação, socializando com os atuais na permanência, demonstraram o êxito da formação, os seus usos acadêmicos (continuidade nos estudos em pós-graduação) e profissionais (inserção no mundo do trabalho), e apontam para a necessidade de ampliação da experiência de formação integrada entre membros atuais e egresso/as, com usos das mídias digitais e das redes, para ampliar o alcance dos debates formacionais ao conjunto de estudantes universitários, reafirmando os vínculos entre acesso-permanência-pós-permanência e êxito acadêmico, objetivos finalísticos da formação humanística ampla que objetiva o ensino superior brasileiro, e as políticas de equalização social, pela via da educação, sendo a adaptação para o formato remoto demandado pela pandemia de Covid-19.

Palavras-chave: Permanência; educação; universidade.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

POLITICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ALUNOS INGRESSOS NA UFRB NO CONTEXTO DA PANDEMIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luciene Vieira Pereira. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: @lu_degal@hotmail.com.

Este trabalho foi escrito como um relato de experiência sobre as políticas de ações afirmativas no contexto da pandemia para alunos ingressos na UFRB a partir do meu olhar enquanto bolsista do projeto de educação tutorial PET Afirmação conexões de Saberes. O tema das políticas de ações afirmativas nas universidades e fora dela, busca oferecer a igualdade de oportunidades para todos. Objetivamos com este trabalho investigar o que os alunos ingressos compreendem sobre as políticas de ações afirmativas e a importância dos projetos de pesquisa para o seu processo formativo e principalmente para sua permanência estudantil. A metodologia neste trabalho partiu da abordagem qualitativa e quantitativa, sendo que para coletas de dados utilizou-se de entrevistas no formato remoto com os candidatos aprovados. Mediante os resultados das entrevistas, em que somente um total de treze (13) pessoas se inscreveram, sendo que cinco (5) foram aprovadas, e oito (8) não foram selecionados no processo seletivo do programa. Correspondendo assim, a falta de conhecimento com relação as políticas de ações afirmativas e do próprio PET, este que tem como proposta cumprir uma carga horária com dedicação mínima de 20 horas semanal e trabalha o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Contudo, diante do contexto de pandemia em que o distanciamento social e as atividades de educação remota são a regra geral, houve uma invisibilização maior de determinadas temáticas como: relações étnico-raciais, políticas de ações afirmativas e interseccionalidade em interface com a educação. Embora o PET Afirmação aborde questões que valoriza a permanência dos jovens negros na academia. Os estudantes entrevistados relataram que a ideia de optarem em fazer parte de outros projetos de iniciação científica como PIBID e Residência pedagógica é mais vantajoso pelo fato de estarem desempenhando atividades pedagógicas, práticas para o exercício da docência no Centro de Formação de professores – UFRB. Logo, enquanto petiana aponto a minha preocupação quando



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

penso no projeto de nação em curso, que através dessa lógica mercadológica da educação capitalista e negação da ciência e que vem favorecendo a precarização do ensino e esvaziamento das universidades de pretos, pobres e periféricos. Destarte, conclui-se preliminarmente que faz-se necessária um maior engajamento da comunidade acadêmica na luta pela democratização e efetivação das políticas de ações afirmativas na UFRB para que assim, seja possível manter contato e colaboração permanente com as entidades de ensino, pesquisa e extensão, incentivando as relações dos grupos PET com a comunidade acadêmica, os novos ingressos e a comunidade externa, visando ao atendimento e ao aprimoramento dos objetivos do Programa de Educação Tutorial.

Palavras chaves: Étnico-raciais; educação; pandemia.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

5 EIXO TEMÁTICO: AÇÕES AFIRMATIVAS, TERRITÓRIOS DE IDENTIDADES, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

ARTE E ENSINO: VISADA CRÍTICA A PARTIR DA COLEÇÃO DE ARTES AFRICANAS NO SOLAR DO FERRÃO

Neusa Sacramento de Oliveira. Estudante de Pós-graduação do Curso de Mestrado em História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas na UFRB. E-mail neusaafro@gmail.com.

A presente pesquisa vem sendo desenvolvida a partir da coleção de Arte africana Cláudio Masella que integra o Centro Cultural Solar Ferrão, a partir de visitas e entrevistas com profissionais que participaram do processo de recepção, catalogação e organização da coleção. Também, atentamos em examinar a exposição permanente, seu modo de disposição das peças e o projeto curatorial, observando os significados e narrativas possíveis constituídos pela exposição. A proposta tem como objetivo desenvolver um material paradidático transdisciplinar, no campo da história, em torno da arte africana, partindo de pesquisa sobre a mencionada coleção. Trata-se de aprofundar o conhecimento de algumas peças, pesquisar sobre a história da coleção e de algumas obras escolhidas, investigando o processo de sua vinda para Salvador – BA, bem discutir como essas peças foram classificadas como “arte de tradicional africana”. Observamos que há pouca ou quase nenhuma documentação sobre a proveniência das peças, algo bastante comum nas coleções brasileiras, mas que também dificultam as possibilidades de pesquisa aprofundada sobre as obras e a coleção. Ficou evidente que havia diversos problemas no modo de expor e classificar as peças, reproduzindo e refletindo o cânone inventado pela modernidade colonial, sobre o que seria “arte africana tradicional”, como obras sem autoria, e classificadas somente por grupos étnicos, entre outras questões. Para a discussão nos debruçamos sobre ideias de Sidney Kasfir, Alfred Gell, Kwame Appiah e Kabengele Munanga que trazem questões que problematizam e refletem acerca da criação da ideia de “arte africana tradicional”, pelo Ocidente. Examinamos criticamente a noção de “arte

Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

africana” inventada pelo Ocidente, tal como observado por Mudimbe. Pensando a partir da antropologia da arte, e da proposta de Gell sobre a agência dos objetos e obras consideradas, uma outra narrativa e complexidade se abrem sobre a arte africana. Para o material paradidático focaremos em algumas máscaras gueledés e estatuetas lbejis da coleção Claudio Masella, criando possíveis outras narrativas em torno da história de vida destas peças, visando tensionar e questionar hierarquias e terminologias binárias, para pensar parte da cultura africana, em particular, a iorubana em sua complexidade, propondo também um diálogo com as criações e ressignificação afro-diaspórica moderna e contemporânea na Bahia.

Palavras-chave: Arte africana; história; ensino.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

DESAFIOS DO ENGAJAMENTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SARILÂNDIA NO MUNICÍPIO DE WENCESLAU GUIMARÃES-BAHIA, PARA A PARTICIPAÇÃO EFETIVA NA TOMADA DE DECISÕES

Carine dos Santos Pereira. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.
E-mail: carinepereira@aluno.ufrb.edu.br; Adailton Conceição Silva. UFRB; Ozeias de Almeida Santos. Universidade de São Paulo – USP.

As associações comunitárias rurais, trazem à tona a melhor maneira de reunir pessoas a favor de um mesmo objetivo, enfatizando o compromisso com a coletividade, agindo diretamente na realidade do cotidiano em que estão inseridos. Sendo dinamizador do capital social e humano, assim incentivando juntamente com a comunidade em destaque, as lutas, projetos, estruturas assertivas para através dessa mediação com o poder público, usufruir dos seus direitos. A pesquisa foi desenvolvida na associação comunitária rural da Comunidade Quilombola Sarilândia, no município de Wenceslau Guimarães-Bahia, tendo como objetivo relatar o processo de auto-organização e engajamento da associação comunitária rural supracitada. Os colaboradores da pesquisa foram os associados, não associados e a gestão da organização comunitária. Os procedimentos metodológicos foram realizados de forma híbrida, através de uma reunião presencial e comunicações virtuais (redes sociais e formulários eletrônicos), seguindo as normas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde - OMS pela atual conjuntura global pandêmica do COVID-19. No primeiro momento, presencial, foi colocado em pauta a reorganização da nova gestão e a direção da associação, uma breve explicação sobre os direitos e deveres da associação e dos associados, além disso, foi discutido como as pessoas do quilombo poderiam se fortalecer e permanecer no quilombo. No segundo momento, de forma virtual, foram elaboradas perguntas baseadas na satisfação/insatisfação e, quais possíveis mudanças e melhorias para a organização comunitária, poderia realizar juntamente com os cidadãos que compõem a mesma. É nítido, quando se tem uma participação contínua desses sujeitos no processo do fortalecimento de uma associação, a assertividade para a comunidade é evidente.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

Levando em conta o comprometimento e a abrangência desses associados na tomada de decisão, revigorando laços sociais, confiança, a soberania popular, cultura política, buscando soluções ricas para as necessidades em comum dos mesmos. Todavia, a carência de um compromisso permanente da comunidade quilombola, também acaba sendo um dos maiores desafios. A pouca informação sobre a importância de se participar das atividades da organização comunitária, faz com que os sujeitos locais não assumam seu papel e, não consigam reconhecer o papel da instituição no meio social, fazendo com que os jovens e adultos da comunidade, se envolvam e se interessem cada vez menos, os afastando desses espaços formativos, se deslocando para fora de suas comunidades de origem, para poder estudar, trabalhar e afins. Assim, criando inúmeros desafios para a comunidade, já que a maior porta de comunicação para fora do quilombo são as associações. É preciso processos formativos de elaboração de projetos para os líderes e diretores da associação da comunidade.

Palavra-chave: Rural; quilombola; engajamento.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: POR OUTRA LÓGICA CURRICULAR POSSÍVEL

Noliene Silva de Oliveira. Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
E-mail: noliene.s.o@gmail.com; Eliane Fátima Boa Morte do Carmo. Universidade Federal da Bahia – UFBA; Antonia Maria Almeida Alves. Instituto Federal Baiano.

As representações dos conhecimentos sobre os quilombos e quilombolas, se pautam majoritariamente, não obstante a grande luta em contrário, em aspectos ainda essencialistas, homogeneizantes, estereotipadas, linear, equivocados contribuintes da cristalização e perpetuação de “quilombo de livro didático” que invisibiliza sua história, seu território, seus conhecimentos, suas culturas, suas tradições, seus costumes e práticas religiosas. Em específico, tais representações adentram aos espaços escolares, sobretudo após a Lei nº 10.639/2003 e Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 (onde a primeira altera a Lei nº 9.394/1996, ao incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e a História da África e dos Africanos e o segundo define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica). Assim, este trabalho propõe reflexões acerca da lógica atual de representação identitária quilombola, apresentada no currículo e nas práticas pedagógicas nas escolas de Ilha de Maré, território de comunidades quilombolas em Salvador/Bahia. Apoiado em entrevistas a moradores locais, profissionais da educação que atuam nas escolas locais, em estudos bibliográficos sobre a temática, ponderações conceituais de reflexões analíticas, abordamos como através da ampliação do conhecimento sobre a Educação Quilombola e a Educação Escolar Quilombola, podemos consolidar outra lógica curricular possível, cuja centralidade esteja ancorada no âmbito transversal e transdisciplinar. As análises decorrentes da pesquisa aqui apresentadas são fundamentais para visibilizar as dinâmicas e os processos de construção e difusão de conhecimentos, saberes e fazeres das comunidades quilombolas que não são inclusos no currículo das escolas “ditas” quilombolas. Baseado no fato que o espaço educacional escolar é um dos espaços de aprendizagem com privilégio formador dos sujeitos sociais históricos, circundado pelas



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

políticas públicas, trazemos à tona a importância das relações sociais e de poder decorrente deste cenário, palco de discussões atinentes às noções de representação e pluriidentidades a se materializarem no currículo e nas práticas escolares quilombolas, nos materiais didáticos, nos diversos elementos para que se efetive a aplicabilidade da lei. Entendemos que para que ocorra a expansão desta outra lógica possível, realizar a formação de professores, dos profissionais da educação, a produção de materiais didáticos e a reformulação curricular são condições prioritárias. Este estudo faz-se necessário e urgente posto que existe cada vez mais um negacionismo na sociedade brasileira sobre aquilo que representa arcabouço teórico que possibilita a elaboração de conhecimento para além da veiculada em livros didáticos: as relações entre o conhecimento dos processos históricos civilizatórios da construção do país, orientações curriculares e transformação política através da educação.

Palavras-chave: Educação; currículo; Ilha de Maré.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

POLÍTICA DE ESTADO CONTRA A POLÍTICA TRADICIONAL: UMA ANÁLISE DA MEMÓRIA DISCURSIVA DE TEXTOS OFICIAIS EM ANGOLA

Eugénia Emília Sacala Kosi. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
E-mail: eugeniakossi@usp.br.

Angola é um país que se tornou independente em 1975 depois de uma colonização que se deu por mais ou menos 500 anos contra os povos *bantu*, *khoisan* e *vatwa* que tinham a sua própria constituição política. Porém, os elementos político-administrativos dos povos originários foram ultrapassados numa época em que a democracia representativa nos países africanos, em especial em Angola, iniciada na época pós-independente, se moldou a partir dos princípios europeus desconsiderando o papel político original do mais velho nas comunidades tradicionais. Entendendo o mais velho como o indivíduo a quem se delega a autoridade de ajudar na resolução dos problemas da comunidade e que tem a sabedoria de juntar a comunidade para a tomada de decisão coletiva. Nesta perspectiva, este artigo tem como objetivo refletir sobre a compreensão da sociedade moderna angolana acerca da importância do diálogo na sociedade tradicional que tem na sua base uma organização política de consenso. Nesta vertente, procuramos entender, do ponto de vista da análise do discurso, as representações do estado sobre a sociedade tradicional, por um lado, e a forma como os mais velhos consideram a política do estado sobre o assunto, por outro. Para tal, tomaremos como sujeitos os mais velhos da etnia *nsolongo* (do norte de Angola). Portanto, a pesquisa tem como corpus textos oficiais de Angola sobre as questões políticas e sociais e entrevistas dos mais velhos. O que permitiu chegarmos à nossa hipótese de que existe uma memória discursiva colonial que persiste atualmente impedindo a interpretação dos preceitos dos mais velhos na condução das políticas comunitárias, relegando a eles um lugar outro na sociedade. Neste contexto, usamos os estudos de Pêcheux (2014) sobre a memória discursiva em Análise do Discurso, e as contribuições teóricas de Wiredu (1995) acerca das políticas de consenso na sociedade tradicional *bantu*. Concluímos, primeiro, que as comunicações oficiais do estado funcionam como uma extensão do discurso colonial ao secundarizar ou invisibilizar o papel do mais velho na resolução dos problemas



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

sociopolíticos das suas comunidades; segundo, que há um choque entre as duas formas de posicionamento político proporcionando um jogo de forças entre ambas na resolução das questões da comunidade.

Palavras-chave: Diálogo; sociedade tradicional; memória discursiva.





Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

6 EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS AFIRMATIVAS E COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

LEI DE COTAS E AS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DISCENTE NO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ACESSO À RESERVA DE COTAS (COPARC)

Rodrigo de Souza Silva dos Santos. Licenciando em Biologia do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB/UFRB. Membro do COPARC/UFRB. E-mail: rodrigo.souza@aluno.ufrb.edu.br; Ionara Magalhães de Souza. Docente do Centro de Ciências da Saúde – CCS/UFRB. Coordenadora de Políticas Afirmativas PROPAAE/UFRB.

Em 2022, a lei 12.711, conhecida como Lei de cotas completará dez anos que foi sancionada. Dentre outras resoluções, a Lei de cotas garante que 50% das vagas de qualquer curso de ensino superior sejam destinadas para candidatas(os) negras(os) (pretos e pardos). Com a lei, pretende-se enfrentar o racismo estrutural e, assim, corrigir injustiças históricas que negaram à comunidade negra, dentre tantos, o direito universal e inalienável à educação. Uma das formas de efetivação da lei corresponde à implementação dos procedimentos de heteroidentificação nos processos seletivos de ingresso ao ensino superior. Esse procedimento, atualmente telepresencial, consiste na avaliação por terceiros da condição autodeclarada da(o) candidata(o), pautada na análise única e exclusiva do seu fenótipo, desconsiderando-se a sua ascendência. As comissões de heteroidentificação dificultam as fraudes e legitimam o direito das(os) beneficiárias(os) da política. No próximo ano, a lei será revisada e já existem projetos de lei tramitando no âmbito federal que almejam tanto potencializar o efeito desta política afirmativa como retirar o aspecto racial presente na lei. Objetiva-se, nesse trabalho, relatar a experiência discente nas Comissões de Heteroidentificação do Comitê de Acompanhamento de Políticas Afirmativas e Acesso à Reserva de Cotas (COPARC). Trata-se de um relato de experiência de um membro das Comissões de Heteroidentificação do COPARC da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

2021. Na UFRB, compete ao Comitê de Acompanhamento de Políticas Afirmativas e Acesso à Reserva de Cotas – CORPAC zelar e fazer cumprir os programas e medidas especiais, como o procedimento de heteroidentificação, com vistas à consolidação das políticas afirmativas e correção de desigualdades raciais. O COPARC é composto por quatro comissões e, a cada processo seletivo, disponibiliza vagas para membros das três categorias da comunidade acadêmica – discente, docente e técnico administrativo. No exercício vigente, as(os) membras(os) do COPARC passaram por cursos de formação voltados para as políticas afirmativas, especialmente, no que diz respeito ao procedimento de heteroidentificação. Todas(os) as(os) membras(os) devem conhecer a resolução que institui, legítima e orienta as ações do Comitê. No COPARC são realizadas reuniões ordinárias e extraordinárias, nas quais discutem-se fluxos, protocolos, estratégias de qualificação do Comitê e julgam-se as denúncias de fraude. O processo formativo no COPARC é contínuo. Participar das comissões de heteroidentificação corresponde a uma experiência de formação pessoal, profissional, política, histórica e social indescritível, dada à magnitude da responsabilidade assumida e por entender que não estamos lidando apenas com números em uma tela de computador e sim com vidas e futuro de muitas(os) candidatas(os) que vislumbram assegurar o direito de adentrar a universidade. As Comissões de heteroidentificação são imprescindíveis para qualificar o ingresso e devem ser adotadas por todas as instituições de ensino superior, competindo a elas o zelo, o rigor com relação aos procedimentos e a defesa veemente da Lei de cotas.

Palavra-chave: Racismo; políticas afirmativas; heteroidentificação.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

VOCÊ CONFIRMA SUA AUTODECLARAÇÃO COMO NEGRO(A)? ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS NAS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

Thiago Leandro da Silva Dias. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.
E-mail: thiagodias@ufrb.edu.br.

Este texto tem como objetivo sistematizar considerações a respeito do processo de heteroidentificação a partir da experiência de atuação como membro de comissões destinadas para tal e como forma de refletir os avanços e desafios das políticas afirmativas. A partir dos fundamentos da pesquisa narrativa que tem a experiência como importante fator e a história narrada como objeto de estudo, busco especificamente refletir sobre a atuação das Comissões de Heteroidentificação (CH) em que estive inserido como membro, subsidiando um processo de autocrítica e destacando elementos a serem postos em diálogo com outros pares para consolidar o sentido político-jurídico e social das CH em relação às tentativas de fraudes às cotas no ensino superior, nos concursos e processos seletivos. Minha relação com as CH inicia-se por meio da pesquisa e atuação com a educação das relações étnico-raciais em que estive envolvido com proposição de metodologias ativas fundamentadas no debate sobre políticas de ações afirmativas para compreender como conhecimentos científicos são apropriados ideologicamente por alguns grupos sociais e geram tensões entre demandas sociais diversas. Quando participei dos primeiros procedimentos de heteroidentificação complementares à autodeclaração de candidatos(as) negros(as) de concursos federais, não vivenciei uma formação anterior propriamente dita e verifiquei alguns fatos preocupantes, por parte da banca em si e dos candidatos participantes. A pergunta central (você confirma sua autodeclaração como negro?), em caso de dúvidas quanto à heteroidentificação, era sucedida por outras tais como se o candidato já havia sofrido algum episódio de racismo. Com o tempo, diálogo e participação de outros sujeitos com experiência em processos de outras regiões, alguns membros foram consolidando a compreensão de que a heteroidentificação é um processo estritamente de análise fenotípica e que a percepção subjetiva de cada candidato a respeito das relações étnico-raciais não deveria ser suscitada, apenas a sua autodeclaração. Com



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

relação à autodeclaração, é bastante comum nos processos a resposta afirmativa dos candidatos à pergunta central seguida por uma breve consideração de que se autodeclararam como pardos, não como negros, demonstrando desconhecimento com relação à classificação de cor/raça do IBGE que incluem pretos e pardos na categoria de negros. Além disso, muitos complementam suas respostas fazendo referência à genealogia familiar, documentos e certidões. Em outros processos que tive conhecimento e participação, principalmente os relacionados às Instituições Públicas de Ensino Superior, existem momentos coletivos anteriores e/ou concomitantes ao processo de heteroidentificação que auxiliam na melhor compreensão da auto e heteroidentificação, tanto para comissão como para os(as) candidatos(as). Para estes(as), um momento acolhedor que promove informações básicas sobre a necessidade e importância do processo, bem como suas características e funcionamento. Para comissão, espaços pré-definidos de formação nos mais diversos eixos (legais, metodológicos, políticos e sociais) acerca das bancas de heteroidentificação da autodeclaração em processos seletivos. Nesse sentido, destaco a importância de tais momentos/espços formativos para fortalecer a relação entre processo (CH) e procedimentos (rito, forma de se efetivar a verificação) e avançar na luta pela implementação das ações afirmativas frente aos processos de constituição de CH para ingresso em carreira pública federal e ensino universitário.

Palavras-chave: Heteroidentificação; Cotas Raciais; Ações Afirmativas.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

7 EIXO TEMÁTICO: RACISMO INSTITUCIONAL

RACISMO INSTITUCIONAL: UM PROJETO DE DESTRUIÇÃO DO POVO PRETO

Thiago da Silva Santana. Doutorando em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC). E-mail: santana-thiago@outlook.com.

Uma mulher negra, quilombola e do sul do Brasil tem sua vida entrelaçada com a justiça brasileira após uma denúncia anônima. Resultado deste encontro: a perda do poder familiar e a retirada da guarda de suas duas filhas, à época, com um e quatro anos de idade. A história de Maria das Graças vem sendo normalizada no país desde o ressurgimento, ou do agravamento, da ideia colonial de família tradicional, afinal, a primeira interpretação da justiça sobre seu caso é a desconsideração que sua família, formada por Gracinha e seus filhos, é de fato, família. Contudo, o que ressalta nesta história, ainda que tenha relação direta com a ideia conservadora de família, é o racismo institucional sofrido pela mãe quilombola. Gracinha é vilipendiada, acusada de negligência parental, com narrativa baseada em uma verdade fictícia de que a mulher era promíscua, suja, incapaz e, tudo isso, por “descender de escravos”, como alega em sua sentença, que retira a guarda de suas filhas. Este trabalho buscou analisar antropologicamente como o imaginário popular e o judiciário brasileiro constroem narrativas a cerca dos corpos de mulheres negras e quilombolas que resultam na perda de direitos e dignidade da pessoa humana. O trabalho resultou em uma etnografia que denunciou a ideologia da branquitude que se alastra por parte considerável do judiciário do Estado de Santa Catarina, materializado pelas ações dos seus agentes públicos, que tem em suas raízes uma ideologia racista e colonial.

Palavras-chave: Racismo; branquitude; justiça.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

A COR DA LEI: UMA ANÁLISE ACERCA DA INTERVENÇÃO JURÍDICA NO SEGMENTO INFANTIL E O RACISMO INSTITUCIONALIZADO NAS LEIS BRASILEIRAS (1888 A 1930)

Bruna Conceição de Jesus. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. E-mail: brunalichistoria@hotmail.com.

O que fazer com o negro? O fenômeno da abolição da escravidão em 13 de maio de 1888 no Brasil influenciou a ocorrência de inúmeras transformações de cunho social, político e econômico no nosso país. A preocupação com o negro legalmente liberto por meio da lei Áurea de nº3.353, tornou-se uma inquietação latente por parte de uma diminuta elite proprietária no Brasil, na passagem do século XIX para o XX, que tinha diante de si a urgente necessidade de realizar a substituição da mão de obra escrava, e, desse modo, garantir a manutenção dos seus próprios privilégios. Ocorre que, dentro desse contexto social a questão da infância abandonada em contrastes com os ideais modernizadores que nortearam o Brasil na passagem do século ganhou uma conotação particular, na qual a infância se tornou uma questão problema, que aspirava ao mesmo tempo a ideia da criança enquanto potencial salvação da nação em contradição com a ideia de um perigo eminente, que poderia levar o Brasil a degradação total. Nessa perspectiva, a presente pesquisa tem por objetivo investigar a institucionalização do racismo nas leis brasileiras, com foco na intervenção jurídica na infância de criança negras entre os anos de 1888 a 1930, a fim de compreender o papel do Estado brasileiro na criação e na manutenção das desigualdades sociais ainda hoje existente em nosso país, por meio de uma análise dos aparatos jurídicos que visavam regulamentar a questão do menor e o controle da população de cor. Para tanto se utiliza como fonte de estudo as seguintes legislações: Lei Áurea de nº3.353, o Código Penal de 1890, a Constituição de 1891, a Lei nº 4.242 de 1921 e o Código de Menores de 1927, entre outros. Essa discussão faz parte da minha dissertação de mestrado, em curso, no programa de pós-graduação da UESC, linha de pesquisa: História do Atlântico e Diáspora Africana.

Palavras chave: Racismo; leis; infância.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

DESIGUALDADE RACIAL NO ACESSO AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM FEIRA DE SANTANA – BA

Thiago Assunção dos Santos. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.
E-mail: thiago.ambientalista@gmail.com. Luiz Roberto Santos Moraes. Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Em Feira de Santana, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (EMBASA), é responsável pela prestação dos serviços públicos de água e esgoto. Nessa Cidade é onde está localizado o bairro negro Rua Nova, onde gerou esse trabalho científico. Segundo Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), nesse município, o atendimento em abastecimento de água da população urbana em 2019 foi de 100% e em esgotamento sanitário de 74,64%. Logo, tem-se um serviço público garantido o princípio fundamental da universalização de acesso à água estabelecido pela Lei n. 11.445/2007 (Art. 2º). No entanto, o acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário quando analisado a partir de marcadores sociais e econômicos no espaço urbano, revela que a prestação destes serviços públicos não é igualitária, o atendimento ocorre de forma desigual entre bairros onde residem as populações ricas e pauperizadas. Dado o caráter da sociedade brasileira, sustentada em forte preconceito de recorte social, étnico-racial e de gênero, e ainda por uma estrutura social marcada por alta concentração de riqueza e poder, aliado a processos de exclusão e desigualdade, e histórica invisibilidade dos bairros negros, é possível considerar que existe uma diferenciação na prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nestes bairros pelas empresas prestadoras desses serviços. Com isso, esse trabalho tem como objetivo investigar a desigualdade racial no acesso ao abastecimento de água da população do bairro negro Rua Nova, em Feira de Santana-Bahia. Esse trabalho tem abordagem qualitativa, pois solicita do pesquisador um envolvimento com as pessoas, com as oralidades, com as memórias, ampliação dos sentidos ao escutar e observar as práticas sociais próprias do *locus* de pesquisa. Utilizou-se a Observação Participante como técnica de investigação e geração de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e utilização de dados do Censo 2010 do IBGE. De



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

acordo com os dados do IBGE, o bairro Rua Nova revela ser majoritariamente negro, tendo um total de 88,15% de pessoas negras (somatório de pretos e pardos). Nas entrevistas houve apontamentos de reclamações feitas pelos moradores à Embasa por falta de abastecimento de água que perdurou por 30 dias, mostrando que a prioridade é atender às reclamações de bairros onde residem pessoas de classes de renda média-alta e alta. A correlação entre raça e classe social é muito evidente na urbanização e saneamento básico de Feira de Santana visto que demanda uma articulação que envolve políticas públicas e, conseqüentemente, recursos financeiros, ambas as ações empreendidas por homens brancos que estão em posições de poder. A negligência pode ser revelada como um ato de discriminação aos moradores do bairro negro, usuários do serviço. A discriminação de fato é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada e, a consequência das práticas de discriminação ao longo do tempo, leva à estratificação social, sobretudo, se caracterizando como racismo.

Palavras-chave: Invisibilidade; racismo; Bairro Negro.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DO CAMPO LOCALIZADA NO DISTRITO DE HUMILDES EM FEIRA DE SANTANA/BAHIA

Maria Fernanda da Silva Pereira Santos de Andrade. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. E-mail: nandamaria20@yahoo.com.br. Frederik Moreira dos Santos. Docente da UFRB.

O presente trabalho de pesquisa teve como objeto de estudo a educação para as relações étnico-raciais no Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola do campo localizada no Distrito de Humildes em Feira de Santana/Bahia. Partiu das inquietações advindas de nosso fazer profissional enquanto docente da rede pública municipal da referida cidade que exerce as suas funções em uma escola do campo e que observa nas atividades desenvolvidas na escola, bem como no próprio documento norteador da instituição, o PPP, o silenciamento sobre as temáticas abordadas pela lei federal 11 645/08 que estabelece a obrigatoriedade no currículo escolar de conteúdos voltados para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Teve como objetivo geral: analisar como a educação para as relações étnico-raciais é/está abordada no PPP de uma escola do campo localizada no Distrito de Humildes em Feira de Santana/Bahia e objetivos específicos: i) descrever como as questões pertinentes a cultura afro-brasileira e indígena é abordada no PPP de uma escola do campo a partir da legislação vigente, ii) identificar de que forma o PPP de uma escola do campo aborda temas e ou ações pedagógicas referentes a sua localização geográfica e de sua comunidade e iii) elaborar uma proposta de Projeto Interdisciplinar voltado para a promoção da diversidade étnico-racial na escola do campo. Partiu de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo participante e teve como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a aplicação de um questionário de pesquisa, analisados sob a ótica da análise de conteúdo. Como resultados da pesquisa percebemos que a escola ao não abordar os temas referentes à lei 11 645/08 se caracteriza como uma instituição que manifesta em seus espaços o racismo institucional, ao perpetuar um ensino eurocêntrico, e, ao não dar



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

voz às diferenças e as diversidades presentes na escola concatena para que as colonialidades estejam presentes nela, corroborando para o que se configura com o conceito de epistemicídio, ou seja, a invisibilização dos sujeitos que tem a sua ancestralidade em África. Por fim, as discussões levantadas pela pesquisa trouxeram o PPP da escola do campo como um importante instrumento de transformação do real de extrema importância, que, por ser também currículo, pode ser visto como um território em constantes disputas de espaços de poder, precisando o mesmo ser visto como um projeto de educação dos e não para os camponeses.

Palavras-chave: Educação; racismo; escola do campo.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

LIVROS PARA QUEM? SUBALTERNOS VÃO GRITAR!

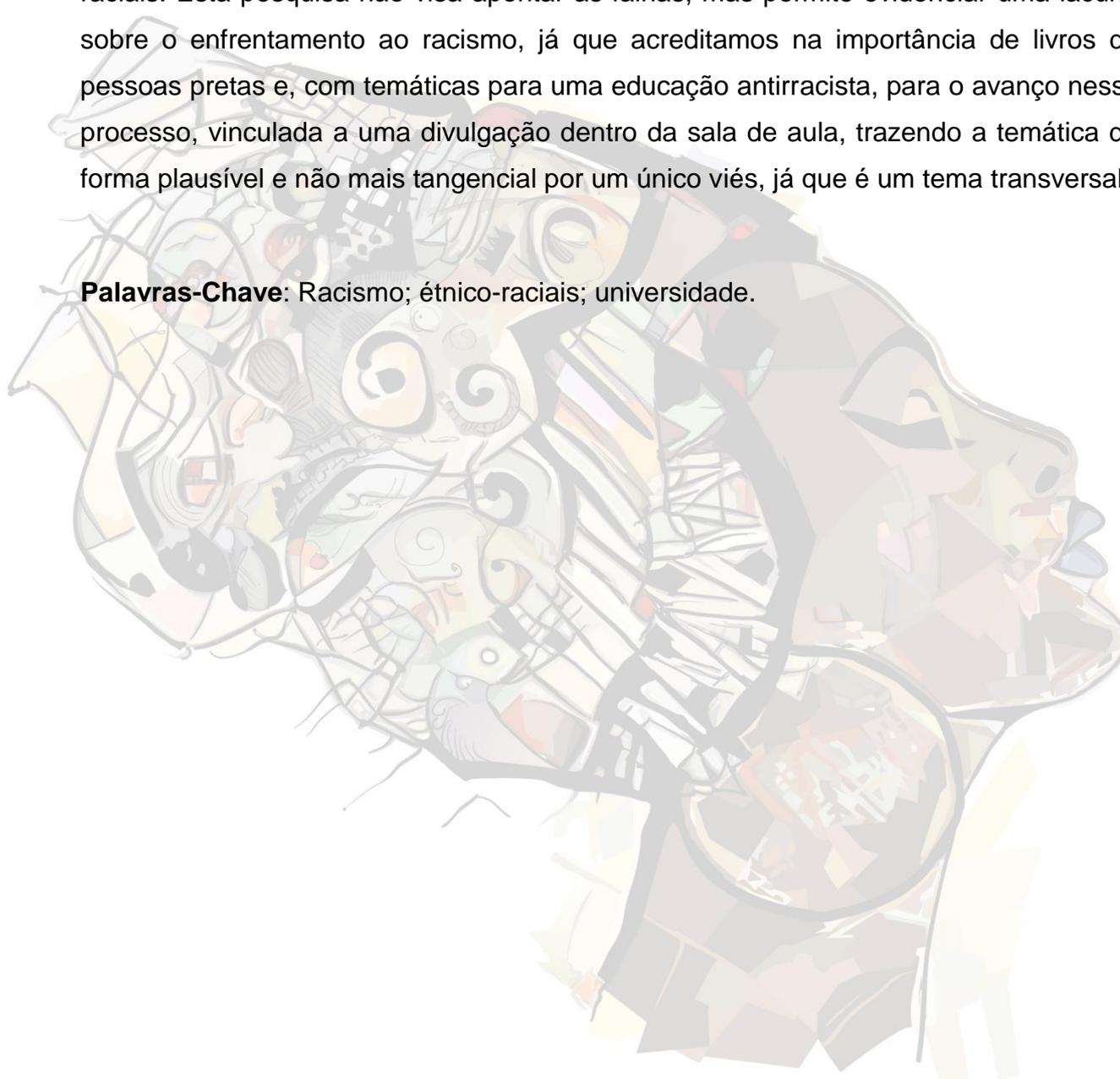
Êmille Santana Moreira Nunes. E-mail: emille.nunes@live.com. Tainá das Mercês Oliveira.

Uma reflexão de como é retroalimentado o racismo estrutural que se camufla no reconhecimento do caráter institucional do racismo, para ações de práticas antirracistas e tem como questão norteadora: existem obras no acervo da biblioteca Paulo Freire, do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – Campus XI, Serrinha relacionadas à temática étnico-raciais? E como objetivo geral: investigar o quantitativo de exemplares relacionados ao estudo do racismo. Objetivos específicos: identificar a disponibilidade de livros escritos por autores negros e verificar o crescimento da procura por referências bibliográficas negras dispostas no acervo. De abordagem quanti-qualitativa, foi realizada uma pesquisa exploratória no sistema de bibliotecas através do levantamento de exemplares do SISB para entender como estava acontecendo os investimentos de compras de livros de autorias negras e exemplares com a temática das relações étnico-raciais, posteriormente compreender se os estudantes estavam procurando à temática. Ficou perceptível um baixo quantitativo da aquisição de livros e periódicos sendo fator que impulsiona à segregação de conhecimentos e divulgação de outras discussões e as buscas estavam mais restritas à disciplina do curso que abordava o tema. Essa exclusão de debate parte de subalternidade de conhecimentos válidos, como ressignifica Spivack (2010), esse silenciamento alimenta a estrutura do racismo estrutural. Essa legitimação do Estado, das instituições, de segregar o conhecimento segundo as ideologias, presentes nos currículos, que ainda serve a uma pequena parcela da sociedade, silenciando experiências, vivências presentes em temáticas que visam o amplo desenvolvimento social, como a temática das relações étnico-raciais. Sacristán (2000) evidencia a importância de incluir de forma transdisciplinar os mais variados conhecimentos em prol de uma transformação do caráter pedagógico, dos processos curriculares para uma com ampliação das discussões, conteúdos, ações. Esse impacto resulta como o conhecimento vem sendo produzido na instituição, UNEB – Campus XI, como exemplo no Curso de Pedagogia, no período de 2013 a 2018 havia

Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

apenas 11 monografias, representando uma porcentagem de aproximadamente 10% que dialogava direta ou indiretamente com o trato da educação para as relações étnico-raciais. Esta pesquisa não visa apontar as falhas, mas permite evidenciar uma lacuna sobre o enfrentamento ao racismo, já que acreditamos na importância de livros de pessoas pretas e, com temáticas para uma educação antirracista, para o avanço nesse processo, vinculada a uma divulgação dentro da sala de aula, trazendo a temática de forma plausível e não mais tangencial por um único viés, já que é um tema transversal.

Palavras-Chave: Racismo; étnico-raciais; universidade.





Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

RACISMO NA ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO CAMPUS DE SANTA INÊS – BA

Tânia Jesus Santos. Instituto Federal Baiano, *Campus* Santa Inês.
E-mail: taniageografando@gmail.com. Patrícia Carla Alves Pena.

Discutir as múltiplas facetas de todos os estereótipos arraigados na cultura do povo brasileiro, é de suma importância para lembrarmos que o nosso país é miscigenado e dominado por uma classe patriarcal. É salutar destacar aqui a herança de hierarquia da elite, entre os povos com posição de superioridade para os brancos e inferioridade para os negros promovendo até hoje um racismo exacerbado e uma democracia racial mentirosa. Este trabalho tem como objetivos discutir e apresentar a percepção de professores do Instituto Federal Baiano, *Campus* Santa Inês-BA; quanto ao racismo e suas principais decorrências no processo ensino-aprendizagem desta instituição. O estudo baseou-se em uma pesquisa com dados qualitativos, realizado com 22 educadores dos Cursos Técnicos de nível médio integrados ao ensino médio de Zootecnia, Agropecuária e Alimentos, e dos Cursos Superiores de Ciências Biológicas, Geografia e um Bacharelado em Zootecnia. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário, e para a análise dos mesmos utilizou-se o procedimento de análise de Conteúdo. Verificou-se que as manifestações de racismo na escola em estudo, em sua maioria foi evidenciada que existe, porém não declaradamente, isso se dá por meio de, principalmente dos preconceitos de raça, gênero, diversidade sexual e classe social e, nem sempre, estas temáticas são tratadas pelos professores de forma mais eficaz. Portanto, considera-se que é necessário mudanças nas propostas metodológicas e capacitação profissional de professores, afinal, por meio do processo educacional é possível prevenir as mais variadas manifestações de racismo no âmbito escolar, bem como, na sociedade.

Palavras-chave: Racismo; preconceito; racismo.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

8 EIXO TEMÁTICO: VIOLÊNCIA, ANTIRRACISMO E DIREITOS HUMANOS

JUVENTUDES NEGRAS NA TV ITAPOAN: DISCURSOS, SENTIDOS E ESTÉTICA DA VIOLÊNCIA

Mário Gonzaga Jorge Junior. Universidade Federal da Bahia.
E-mail: marjor87@gmail.com.

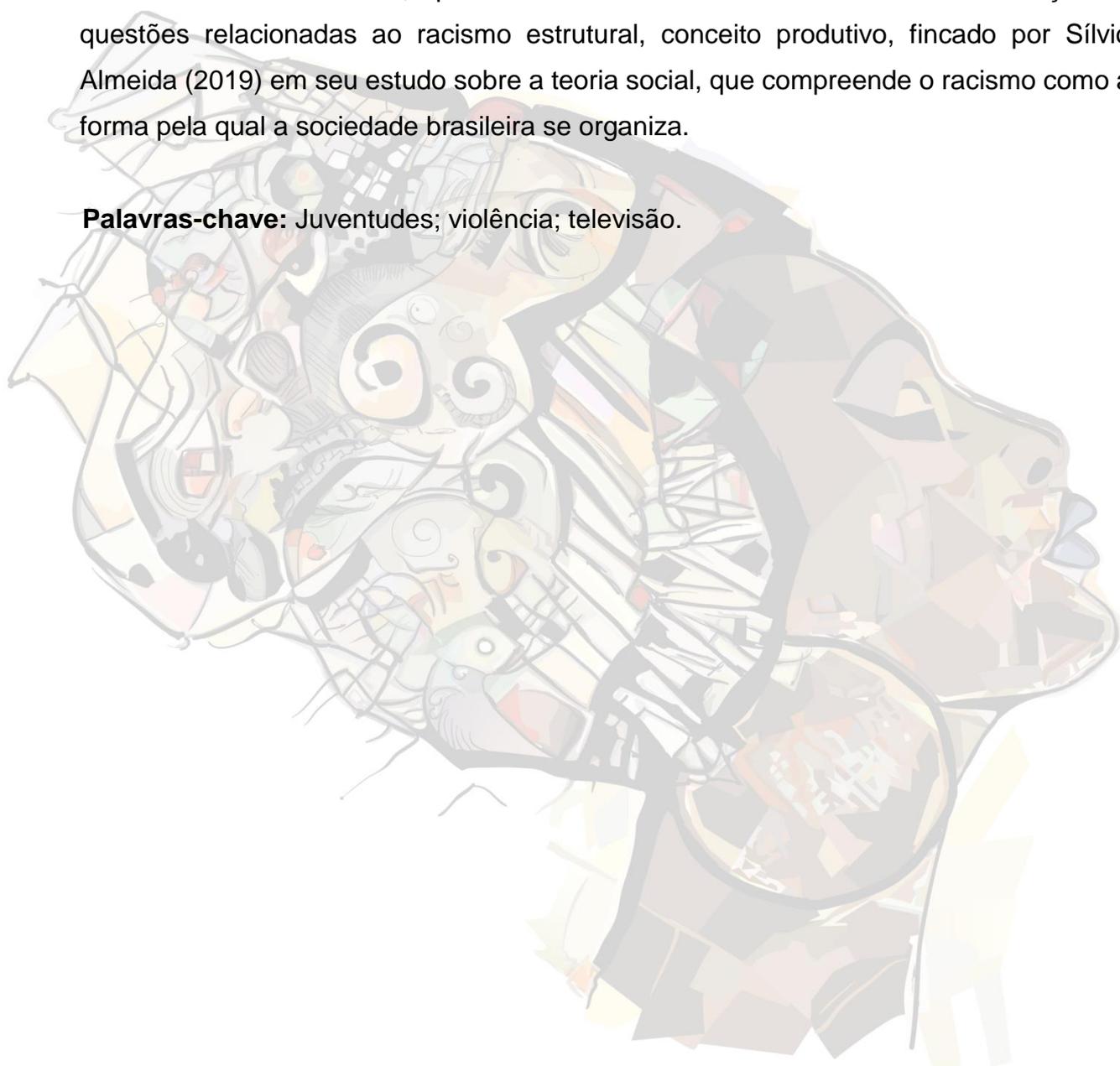
Interessa-nos, neste artigo, analisar as disputas em torno do que é dito e silenciado sobre as juventudes negras nos telejornais Bahia no Ar, Balanço Geral, BA Record, da Record TV Itapoan, emissora filiada à Rede Record de Televisão. A pesquisa visa investigar como atuam esses telejornais, gerando significações e representações que operam na construção de discursos sobre as juventudes negras e o que os sentidos construídos sobre estes, podem revelar sobre nossa conformação social. O *corpus* é composto de uma semana de cada mês, durante os meses de janeiro, fevereiro, junho e julho, agosto e setembro de 2019 e, faz parte da dissertação de mestrado em Comunicação da UFRB. As análises empregam o Mapa das Mediações, proposto pelo teórico Jesús-Martín-Barbero (2006), com um acento no marco da institucionalidade. Neste trabalho, conferimos especial atenção às questões relativas ao segmento juvenil, com um ponto central de reflexão no componente racial, que acaba por potencializar ainda mais a vinculação da juventude com um paradigma de problema social. O racismo, portanto, é analisado enquanto constituidor dos discursos produzidos sobre os jovens negros, por estes programas televisivos. Eles não apenas repercutem o racismo, eles constroem o racismo, por meio do discurso. Ao imprimir no cotidiano posições de subalternidades das pessoas negras, a responsabilização sobre a violência, a cultura sanguinária, a naturalização da morte de jovens negros, reforçando estereótipos e preconceitos. Neste sentido, racismo aqui é compreendido como constituidor do sistema de organização social Florestan Fernandes (2017), que se difere de preconceito e discriminação, pois garante a uma raça, privilégios sobre outras em razão de sua condição fenotípica, ou seja, a cor da pele é a mais marcante para indicar um lugar na sociedade. É por isso que trabalhamos com a perspectiva do racismo estrutural, partindo do entendimento que o



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

racismo é um processo histórico e político que cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados, sejam discriminados, de forma sistemática. Neste sentido, operamos uma análise comunicacional dando atenção às questões relacionadas ao racismo estrutural, conceito produtivo, fincado por Sílvia Almeida (2019) em seu estudo sobre a teoria social, que compreende o racismo como a forma pela qual a sociedade brasileira se organiza.

Palavras-chave: Juventudes; violência; televisão.





Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

MICROAGRESSÕES, RACISMO ALGORÍTMICO E SUAS REPERCUSSÕES NO CAMPO DA SAÚDE: UMA ANÁLISE SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Ayêska Luzia Cardozo de Jesus. Graduada em Psicologia do Centro de Ciências da Saúde – CCS. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Bacharela em Saúde (CCS/UFRB). E-mail: ayeskaluzia@gmail.com; Edmar Henrique Dairell Davi.

Este artigo tem por objetivo investigar como as microagressões raciais e o racismo algorítmico influenciam no acesso e na assistência à saúde, mais especificamente, analisa-se como a literatura nacional e internacional discute e reflete sobre como estas diferentes ações discriminatórias afetam o cuidado em saúde da população negra. Foi realizada uma revisão sistemática de bibliografia a partir de buscas nas plataformas SciELO, Lilacs, BVS/Saúde e Periódicos CAPES. Através dessas buscas, foram identificadas 167 publicações, das quais 16 fizeram parte da amostra final após a leitura integral destes artigos. Os resultados encontrados foram agrupados em duas categorias: Mapeamento de microagressões e impactos na formação em saúde; e Racismo algorítmico e iniquidades em saúde. Através da análise dos resultados da primeira categoria, ficou evidente que as microagressões repercutem na saúde de quem sofre estas ações racistas e que elas se reverberam principalmente em diferentes espaços e instituições de ensino ou de assistência. Por sua vez, os estudos da segunda categoria apresentam resultados referentes ao viés existente em softwares que reforçam as iniquidades em saúde, em detrimento da população negra, uma vez que não são levados em consideração fatores socioeconômicos e o racismo estrutural na assistência em saúde. De forma geral, observou-se que ainda há escassez de estudos que relacionem temas como microagressões, racismo algorítmico e se dediquem à investigação dos seus impactos na saúde, indicando um horizonte possível para pesquisas futuras, tendo em vista a relevância que a tecnologia tem tido no comportamento e no cotidiano das pessoas.

Palavras-chave: Microagressões raciais; saúde; racismo.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

UMA REFLEXÃO ACERCA DA BRANQUITUDE SOB A ÓTICA DA OBRA *UM DEFEITO DE COR*, DE ANA MARIA GONÇALVES

Julio Sylvester Vasconcelos Belchior. Universidade Federal do Pampa.
E-mail: juliobelchior.aluno@unipampa.edu.br. Maria Rogelânia Bezerra de Lima Barreto.
Universidade Estadual do Ceará.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo uma análise da branquitude a partir da obra literária *Um defeito de cor*, da autora Ana Maria Gonçalves. Nesta perspectiva, o trabalho objetiva problematizar a categoria branquitude no contexto brasileiro tendo como base o romance histórico *Um defeito de cor*. Neste contexto, a pesquisa estabelece alguns questionamentos: Como se define a categoria branquitude no Brasil? Qual(is) é o papel das pessoas brancas na luta antirracista? O que significa as categorias branquitude crítica e branquitude acrítica? Quais são os privilégios raciais que pessoas brancas possuem em detrimento das pessoas não brancas? De que forma o romance colabora para discussões étnicas, raciais? Para a constituição do objeto de estudo, o trabalho utiliza-se a pesquisa básica, com abordagem qualitativa, tendo como objetivo a pesquisa descritiva e sendo utilizado como procedimento o estudo bibliográfico, sendo utilizados, sobretudo, livros, artigos, dissertações e teses que contemplam o objeto de estudo. Nessa acepção, as categorias selecionadas para a construção do objeto são: Literatura afro-brasileira, racismo estrutural, branquitude e lugar de fala. Por conseguinte, os principais autores utilizados para o trabalho são: Ribeiro (2017), Cardoso (2010), Schucman (2012) e Almeida (2019). Ressalta-se que a partir das leituras e análise de dados, observamos que os brancos tendem a não se racializarem, pois se enxergam como um grupo universal, que não possuem raça. Também verificamos que os sujeitos brancos recorrentemente apresentam concepções racistas e rasas acerca do que é raça, racismo e da desigualdade racial, sendo observado também que geralmente pessoas brancas acreditam que há no Brasil uma democracia racial e que brancos e não brancos possuem direitos, tratamento e oportunidades iguais, o que é uma falácia. Além disso, é perceptível que os sujeitos brancos comumente de forma consciente ou não, se colocam como um padrão ideal de estética, inteligência, racionalidade, competência, valores e



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

princípios como generosidade. Verificamos também que há uma negação entre brancos em relação aos efeitos da escravidão e processo de colonização nos dias atuais, sendo que, é comum posicionamentos contrários as políticas afirmativas, sendo comum pessoas brancas se manifestarem posições contrárias as cotas raciais, esses sujeitos alegam, que essas políticas corroboram para uma segregação racial e que como a escravidão foi extinta, não há mais desdobramentos dela na atualidade. Dessa forma, a partir dos resultados obtidos e das discussões traçadas, defende-se a relevância da pesquisa e a importância de debates acerca do racismo estrutural e do papel de brancos na luta antirracista. Nesse sentido, a pesquisa visa agregar as reflexões a respeito desses assuntos de forma embasada, responsável e crítica.

Palavras-chave: Antirracismo; branquitude; racismo.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

9 EIXO TEMÁTICO: EXPRESSÕES ARTÍSTICAS AFRO-DIASPÓRICAS

O AFROFUTURISMO SOB DUAS PERSPECTIVAS DISTINTAS DENTRO DO CONTEXTO DO HIP HOP BAIANO

Esdras Oliveira de Souza. Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. E-mail: maestrosdras@hotmail.com; Kleyson Rosário Assis. Centro de Formação de Professores – CFP / UFRB. Frederick Moreira dos Santos (UFRB/CETENS).

O presente texto tem como foco apresentar uma análise afrofuturista sobre duas obras produzidas no cenário do Hip Hop baiano: o curta metragem *Bluesman* lançado no ano de 2018 e a *Demotape Cataclisma*, lançada em 2019. O Afrofuturismo enquanto termo surge na década de 1990 dentro do campo da ficção, em um texto que tem por título *Black to the future*, escrito pelo crítico literário Mark Dery. Entretanto, os elementos estéticos do Afrofuturismo têm suas manifestações encontradas em textos da década de 1920 do século passado. Porém, a realidade vivenciada pelas pessoas pretas no contexto da diáspora é distópica e produtora de incertezas, tendo em vista que a real situação dessas pessoas as impossibilita, de certa forma, de produzirem ideias e manifestações sobre seus futuros. Dentro dessa necessidade de se pensar as condições futuras para as pessoas negras, o Afrofuturismo é apresentado aqui como um dispositivo eficiente nesse contexto, por usar elementos da ficção científica, atrelado a uma estética que nos remete a ancestralidade negra, para idealizar futuros prósperos. Nesse interstício, analisamos duas produções artísticas do Hip Hop baiano: O filme *Bluesman* e a *Demotape Cataclisma*, ambos lançados recentemente e produzidos por jovens homens pretos que utilizam a arte para municiar a juventude negra contra a supremacia racial branca. No curta *Bluesman*, o Afrofuturismo está presente como uma realidade utópica na vida das pessoas pretas, ao apresentar uma realidade em que essas pessoas podem conviver sem o medo da violência letal que as acometem cotidianamente, apresentando uma proposta que visa a existência de pessoas negras no futuro, ao tempo



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

em que reivindica, dentre outras coisas, o acesso à educação de qualidade, a destruição das políticas de encarceramento em massa do estado supremacista branco sobre as pessoas negras, a construção de laços afetivos entre pessoas negras, o protagonismo negro e o direito de culto às suas entidades sagradas. Já no trabalho fonográfico da *Demotape Cataclisma*, o caráter distópico do Afrofuturismo é narrado sob o contexto da *necropolítica* que as pessoas negras sofrem, principalmente as que estão ligadas ao braço armado do estado brasileiro, ou seja, a polícia. Outra característica marcante nesse trabalho é a exaltação das divindades africanas, como acontece na faixa 2 desse disco, Valores na guerra, a necessidade do autocuidado entre homens negros, pois são as maiores vítimas das políticas raciais do estado brasileiro e a reflexão, baseado em Frantz Fanon, sobre a condição de “condenados da terra”, que foram impostas às pessoas negras pela supremacia branca. Assim, diante das duas narrativas, ambas protagonizadas por jovens homens pretos, tem-se percepções diferentes do Afrofuturismo, mesmo sendo ambas produções construídas no contexto do movimento Hip Hop.

Palavras-chaves: Hip hop; bluesman; rap baiano.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

REFLEXÕES SOBRE PERCUSSÃO POPULAR E RITMOS AFRO BRASILEIROS COMO CULTURA HISTÓRICA NA PRÁTICA SOCIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

Carolina Lopes Wanderley. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.
E-mail: carolopes@aluno.ufrb.edu.br.

O ensino da história recorre ao passado e suas reflexões possíveis para transmitir conhecimentos, mas como incluir os saberes e fazeres musicais da cultura afrobrasileira nas reflexões para a prática social e o ensino de história? Estas são algumas perguntas que o artigo busca refletir a partir da aproximação do conceito de Cultura Histórica de Rüsen apresentado no seu livro “Teoria da história: uma teoria da história como ciência” com a prática do ensino-aprendizagem de percussão afro-brasileira. Tem como objetivo aproximar as reflexões sobre a cultura afro-brasileira na prática social de tocar percussão e ritmos afro-brasileiros como também no ensino de história, da diáspora e da cultura afro-brasileira. A Cultura Histórica é essencial à constituição de consciência histórica humana e o seu papel fundante se dá a partir do sentir, do que se viveu no passado ou o do que se vive no tempo presente para ter uma expectativa de futuro. Em consideração, algumas reflexões sobre como os saberes, fazeres musicais da cultura afro-brasileira auxiliam na quebra de paradigmas do racismo na prática social e no ensino de história. Mas também, as reflexões sobre as práticas artísticas culturais que podem diminuir, confrontar, valorizar os indivíduos e suas relações étnicos raciais no campo do sentir para uma (trans)formação social.

Palavras-chaves: História; afro-brasileira; cultura.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

10 EIXO TEMÁTICO: O PAPEL DA CIÊNCIA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

O AFROFUTURISMO E O ENSINO DE CIÊNCIAS NA LUTA CONTRA O RACISMO EPISTÊMICO

Esdras Oliveira de Souza. Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade/CETENS. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. E-mail: maestrosesdras@hotmail.com; Kleyson Rosário Assis. Centro de Formação de Professores – CFP / UFRB. Frederick Moreira dos Santos (UFRB/CETENS).

O presente texto se dispõe a reflexão acerca do Afrofuturismo como um dispositivo que pode auxiliar o ensino de ciências dentro de uma perspectiva que valorize a diversidade étnico-racial e contribua para a superação do racismo epistêmico, valorizando as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes no campo da ciência e tecnologia e reivindicando o protagonismo dos mesmos na história da humanidade. Como já é sabido, o continente africano é o berço da humanidade e os povos originários desse continente foram pioneiros nas técnicas de domínio do fogo, caça, pesca, pecuária, matemática, astronomia, medicina, literatura e direito. No antigo Kemet (atual Egito), situava-se as escolas de produção de conhecimento mais importantes do mundo, como a de Alexandria. Nesse contexto, os povos que habitavam a região do Kemet, além de seres os responsáveis pelas construções arquitetônicas das pirâmides, que são consideradas uma das sete maravilhas do planeta, também desenvolveram técnicas altamente sofisticadas no campo da medicina, sendo Imhotep considerado uma das primeiras pessoas a dominarem as ciências médicas. Mas como isso pode auxiliar o processo de ensino e aprendizagem das ciências dentro da perspectiva do Afrofuturismo? O Afrofuturismo é um movimento político, que surgiu nos E.U.A, na década de 1990, que trabalha os elementos de matrizes afrodiáspóricas no contexto de cyber cultura, reivindicando o direito histórico das pessoas pretas como progenitoras da ciência e tecnologia. Para o Afrofuturismo, a tecnologia está visceralmente ligada a existência das pessoas pretas, tanto que Ogun, uma divindade cultuada pelos povos de origem Yorubá, região norte da Nigéria, é o Orixá da tecnologia. Entretanto, o



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

academicismo eurocentrado, por um viés racista, ofuscou, no decorrer da história, o protagonismo dos povos negros na história da humanidade, principalmente no campo da ciência e tecnologia. O resultado disso é a baixa representatividade dessas pessoas nessa área do conhecimento. Assim, como uma forma de reparação histórica e política, a construção de uma nova perspectiva para o ensino de ciências, reconhecendo o crédito que as pessoas negras tiveram para o desenvolvimento científico e tecnológico, pode contribuir para a superação do racismo epistêmico, valorizando as contribuições desses povos, reescrevendo a história das ciências no mundo e construir uma sociedade democrática e equânime.

Palavras-chaves: Academicismo; ensino; racismo.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

11 EIXO TEMÁTICO: SOBRE REPRESENTATIVIDADE: O QUE PRODUZEM AS(OS) CIENTISTAS NEGRAS(OS)?

GUERREIRO RAMOS E LELIA GONZALES: CRITICIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SUSCITADAS POR REFLEXÕES DE AUTORES NEGROS

Tainá das Mercês Oliveira. Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
E-mail: tainamercês@hotmail.com. Émille Santana Moreira Nunes.

Este trabalho visa demonstrar como a Universidade pode propugnar pela diversidade através de espaços para discussões epistemológicas que combatam o racismo estrutural que reverbera o institucional. A Universidade do Estado da Bahia em modalidade de ensino remoto, por meio de grupos de pesquisas e através de *lives*, potencializou estudos e ampliação de conteúdos fundamentais para o desenvolvimento crítico da comunidade acadêmica nesta vertente. Como exemplo tem-se o despertar do estudo da administração embasado em autores que contribuíram na formulação de teorias que continuam sendo usadas por vezes como único modelo epistemológico, silenciando e desclassificando outras formas de pesquisa praticando o epistemicídio de autores que não comungam com visões de dominação do conhecimento eurocentrado, embora existam outras fontes de autores como Guerreiro Ramos, homem negro sociólogo e político, que trouxe à tona estudos das organizações no Brasil em suas obras e as relações do homem com o trabalho ampliando as singularidades dos sistemas sociais além do mercado, tendo em vista as subjetividades do contexto, dando ênfase ao acesso que parte da população tem em detrimento da outra. O impacto de suas obras está no olhar dos valores humanos apresentando novos paradigmas de comunidade, atrelados às qualidades do indivíduo que não se limita ao chão de fábrica, mas nas relações interpessoais. Lélia Gonzales, professora, pesquisadora, antropóloga, psicanalista, intelectual ativista, revoluciona o olhar dos Movimentos Negros, coloca a mulher negra em pauta como sujeito que produz conhecimento, no livro *Primavera para Rosas Negras*, compilado de seus pensamentos, traz reflexões do dualismo sociológico, o mito da democracia racial, os seus estudos destacam as desigualdades que são evidenciadas



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

no analfabetismo, ausência de grandes nomes de autores negros sobre o estudo de raça, da dificuldade da mobilidade social do negro, das forças de trabalho divergente com a igualdade, do capital monopolista e competitivo, distribuição geográfica que determina a marginalização, ausência de acesso à terra, desafios para realizar publicações e obstáculos do Movimento Negro, postulando a Neurose social. Consegue demonstrar a importância do aquilombamento e do Pretuguês para sobrevivência e busca de qualidade de ser e estar nos movimentos de conhecimento. Este trabalho demonstra o papel da Universidade na construção e desconstrução conceitual imprescindível para ampliação epistemológica e de criticidade para formação do discente contribuindo na reflexão da urgência de reconstruções na Administração Pública.

Palavras-chave: Racismo; epistemologia; administração.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

PERCEBENDO PRÁTICAS DA LUTA CONTRA O COLONIALISMO MODERNO - CONTRIBUIÇÃO DOS CIENTISTAS NEGROS

Fábio Falcão Oliveira. Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Docente do Centro de Formação de Professores – CFP. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. E-mail: fabiofalcao@ufrb.edu.br.

A presente proposta de comunicação tem como fundamento apresentar como os processos pós-colonizadores podem se configurar. Para isso, iremos ainda que de forma rápida, falar sobre Fanon (2008) e a obra, *Pele Negra Mascaras Brancas* levando-nos a entender como ela pode nos ajudar a refletir como a filosofia, educação e o processo de identidade se formam nos indivíduos que lutam contra o processo colonizador. Neste sentido, a comunicação é uma prévia da pesquisa “Filosofia e Educação: contra o processo colonizador” que nos leva pensar e abordar como esses processos da colonialidade moderna podem ser percebidos. Pensar na forma moderna de colonialismo é compreender que ele transforma os indivíduos em animais, escravo do saber dominante, alienado e sofrendo as dores corporais e psicológicas que o leva a sensação de desumanidade eterna. Por esse motivo, Fanon (2008) argumenta que a situação colonial cria o indivíduo desprezado, ao mesmo tempo em que reproduz a atitude do indivíduo desprezador, mas em compensação ela cria também a revolta contra tal desprezado. Acreditamos que Fanon (2008) pode nos oferecer propriedades investigativas para formarmos uma reflexão filosófica sobre diversos temas, inclusive nos leva a pensar sobre a situação do homem negro diante do imperialismo intelectual eurocêntrico. Pois, os processos colonizadores modernos se fixam com o saber reconhecido pelo dominante ao qual, anestesia os indivíduos levando-os a alienação de um saber-colonizador. Por esse motivo, pontuado de forma breve, se faz necessário um debate sobre o tema da produção intelectual negra e como isso pode levar-nos a pensar o mundo e sua produção intelectual na sua atualidade.

Palavras chaves: Colonialidade; intelectualidade; eurocêntrico.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

REPRESENTAÇÃO E SUB-REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS ENTRE A REESCRITA ACADÊMICA E A ESCRIVIVÊNCIA

Claudia Regina Alexandre. Pontifícia Universidade Católica – PUC.
E-mail: claudiaalexandre.jornalista@gmail.com.

As lacunas históricas que marcam a invisibilização de mulheres negras, nas narrativas sobre as expressões culturais e de religiosidades afro-brasileiras, é o tema deste estudo, que se insere no campo da Ciência da Religião. O objetivo é abordar sobre a importância da reescrita e dos registros de memórias negligenciadas de mulheres negras em comunidades tradicionais dos sambas e de terreiros, como forma de enfrentamento ao racismo acadêmico, que reforça estereótipos e despreza vivências particulares atravessadas por opressões interseccionais. Tomamos como interesse a sub-representação imagética e histórica de Hilária Batista de Almeida (1854-1924), nascida em Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo da Bahia, que apesar de ter se tornado Tia Ciata de Oxum, a "matriarca do samba" no século XIX, ao migrar para o Rio de Janeiro, tem sua imagem ainda desvalorizada pela história. Argumentamos por meio de investigação iniciada em 2008, a partir do conceito de imagem de controle, do perigo de uma história única e das elaborações de escritivência da poeta Conceição Evaristo, que o protagonismo de Tia Ciata de Oxum, segue sub-representado e confinado em narrativas falsas, que esvaziam e apagam sua subjetividade e de outras mulheres negras num longo processo histórico. Há ainda indícios da falsidade imagética, revelando uma violência simbólica naturalizada, quando se trata de registros de mulheres negras entre os séculos XIX-XX. Desta forma, apoiada no movimento de narrativas políticas de intelectuais negras e pensamentos decoloniais, pautamos o desinteresse pela história particular de mulheres negras, apesar de suas contribuições nos projetos históricos dos sambas e das religiosidades de matrizes africanas, onde é inquestionável suas participações na organização das redes de sociabilidades e solidariedades que foram fundamentais para ressignificação das humanidades negras na formação do tecido cultural brasileiro.

Palavras-chave: Educação; cultura; tradição.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

12 EIXO TEMÁTICO: RACISMO E SAÚDE/ SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

A HOSPITALIZAÇÃO POR SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE (SRAG) POR COVID-19 ESTRATIFICADA PARA RAÇA/COR E GÊNERO

Milena de Oliveira Corrêa. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.
E-mail: milena.correa@edu.ufes.br; Marcos Vinicius da Silva Cordeiro; Thiago Nascimento do Prado.

A pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020. No Brasil, os casos tornaram-se crescentes, expandindo-se entre estados e municípios e além do alarmante número de casos um cenário que também ganhou muita visibilidade é o número de adoecimento e morte pelo SARS-CoV-2 na população afrodescendente. Ademais, os dados desde o início já apresentavam tendência de maior impacto a população preta e parda do país. Este trabalho tem como enfoque abordar as constantes raça/cor e gênero nos casos de SARS-Cov-2 no Brasil, visto que há um grande obstáculo ao acesso da população negra à saúde pública. Outrossim, de acordo com os últimos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, a variável gênero também ganhou destaque, por apresentar maiores casos de COVID-19 em indivíduos do gênero masculino. Portanto, objetivou-se analisar os aspectos que tangem a variável raça/cor e gênero na pandemia de COVID-19 no Brasil. Realizou-se estudo epidemiológico descritivo dos dados de hospitalização e óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Graves (SRAG) por COVID-19 disponível na plataforma IVIS, que apresenta dados de notificação realizada no Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP- Gripe), no período entre 26 de fevereiro de 2020 e 26 de fevereiro de 2021. Com a pesquisa, identificou-se que a COVID-19 teve um grande impacto na população preta e parda, durante o período analisado foram registrados no SIGEP-GRIPE 976.221 casos de pessoas hospitalizadas por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por COVID-19. Desses 0,41% a variável raça/cor estava ignorada, já os hospitalizados que incluem essa informação 5,04% eram pretos, 35,27% pardos, 40,38% brancos, 0,28% indígenas e



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

1,07% amarelos. Dentre 289.695 pessoas internadas em UTI, homens e mulheres desse grupo étnico correspondiam a 37,6%. Vale ressaltar que a letalidade hospitalar foi maior entre pessoas negras representando 43,57%, já em indivíduos brancos foi de 3,6% menor. Através das análises, foi perceptível que indivíduos do sexo masculino foram mais afetados pelo novo coronavírus. De 142.633 óbitos, homens pretos e pardos corresponderam à 44%, enquanto a letalidade em homens brancos foi 5,5% menor. Para a população preta e parda, a pandemia da COVID-19 renova as insolvências de um passado histórico à uma modernidade conjuntural, reflexo do escasso acesso à saúde eficaz a esse grupo.

Palavras chaves: Pandemia; raça; gripe.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

ANÁLISE DOS BOLETINS EPIDEMIOLÓGICOS ESPECIAIS DA COVID-19, SEGUNDO A RAÇA/COR DA PELE/ETNIA

Rafael Souza Vasconcelos. Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. E-mail: svrafa@aluno.ufrb.edu.br; Franciane de Azevedo Queiroz. Centro de Ciências da Saúde – CSS/UFRB; Ionara Magalhães de Souza (CCS/UFRB).

No Brasil, a pandemia da Covid-19 resultou em sérios impactos sobre a saúde da população negra. A partir de 26 de janeiro de 2020, o Ministério da Saúde (MS), através da Secretaria de Vigilância em Saúde, passou a divulgar, semanalmente, o Boletim Epidemiológico Especial (BEE), no qual constam análises sobre o perfil de casos notificados de Síndrome Gripal e hospitalizações e óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Nos BEE constam as descrições de monitoramento de doenças e eventos que potencialmente geram crise sanitária e emergência em Saúde Pública. Assim, os BEE constituem ferramentas importantes para disseminação de informações que possam contribuir para a tomada de medidas de intervenção, bem como para a melhoria das ações em Saúde Pública. Este estudo objetivou analisar os BEE, ancorando-se nos registros de hospitalizações e óbitos por SRAG por Covid-19, segundo a variável raça/cor da pele/etnia. Trata-se de estudo descritivo, no qual foram analisados os BEE a partir do nº 06 (03 de abril de 2020) até o BEE nº 70 (03 de julho de 2021). Foram consideradas na análise: edição do BEE, período, variável raça/cor da pele/etnia, dados absolutos e proporcionais e o total de casos subnotificados por boletim divulgado. Todos os dados foram organizados em tabelas e gráficos tabulados no software Excel. Observou-se que o campo raça/cor da pele/etnia só começou a ser informado a partir do BEE nº 09, sendo apresentados apenas dados proporcionais até o BEE nº 17, e só a partir do BEE nº 18, números absolutos. Com relação à subnotificação, em 2020, observou-se variação proporcional média de $1,1\% \pm 17,3\%$, encerrando o ano com 20,0% de dados subnotificados. Porém, em 2021, os subregistros voltaram a crescer, apresentando variação proporcional média de $1,4\% \pm 2,1\%$, com 9,9% em janeiro e chegando a 13,9% de subnotificação no final do período estudado. A Política Nacional



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

da Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) preconiza a coleta e divulgação de dados por raça/cor da pele/etnia em todos os sistemas de informação em saúde, a fim de se identificar e atender as demandas da população negra, historicamente vulnerabilizada. A inserção e divulgação do campo raça/cor da pele/etnia se efetivou após manifestações de entidades, como o Grupo de Trabalho Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva e outros movimentos sociais que, embasados na PNSIPN e na Portaria nº 344/2017 GM/MS, que dispõem sobre a inclusão e o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde, solicitaram oficialmente ao MS a inclusão do campo raça/cor da pele/etnia nas fichas de hospitalizações dos casos da Covid-19 tanto em leitos públicos quanto privados e a divulgação de dados desagregados por raça/cor da pele/etnia nos BEE e demais documentos oficiais. Quando não há o campo raça/cor da pele/etnia ou o seu preenchimento é ignorado, a análise epidemiológica se torna precária e incompleta, impossibilitando a identificação de grupos populacionais mais atingidos, invisibilizando as iniquidades em saúde e dificultando o planejamento e o monitoramento das ações e o enfrentamento da pandemia.

Palavras-chave: Saúde; racismo; etnia.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

AS REPRESENTAÇÕES DO CORPO NAS PRÁTICAS DE CURA “FRONTEIRAS, SUBJETIVIDADES, SAÚDE E CUIDADO”

Rogério Lima Vidal. Doutorando do Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Estudos Étnicos Africanos Universidade Federal da Bahia (PÓSAFRO-UFBA).
E-mail: pessoa_vidal@yahoo.com.br.

Este artigo tem como objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa de Doutorado desenvolvida no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos – Universidade Federal da Bahia (Pós Afro-UFBA) em comunidades negras rurais do Oeste da Bahia. As interligações entre os conhecimentos mágico-divinatórios, benzeduras, defumações e os remédios com base em ervas medicinais, compreendem táticas e estratégias para manter a saúde física e espiritual. Esses procedimentos além de afastar os males afetam os sujeitos perpassam pela existência do corpo e de todos os sentidos que o cerca. Sejam por meios físicos ou espirituais os corpos tanto das pessoas tratadas como das que tratam, são atravessados por relações de forças, subjetividades e representações. As formas, manejos, técnicas do cuidar, curar, proteger, afastar doenças e garantir a cura, restabelecer a saúde, exigem pensar o corpo como espaço da doença, mas também, da cura, tanto para quem cuida como para quem é cuidado. Esses processos desencadeiam vários significados, primeiro, para o doente, cujo corpo apresenta sintomas, sinais, indícios de uma forma “visível” ou não da doença e por seguinte, para o curador ao qual cabe examinar o corpo “sentir a doença” seja física ou não, encontrar as possíveis interpretações que lhe serão dadas e caminhos para cura. O estudo objetiva analisar aspectos ligados às representações do corpo dos consulentes mediante aos processos do se sentir doente, na sequência, compreender as leituras dos consulentes acerca da sua doença e projeções para a cura, e por último, entender as negociações entre a localização da doença e a confiança no tratamento entre os curandeiros e seus consulentes. A análises obre a dimensão doença-saúde-tratamento e cuidado residiram em (HEIDEGGER, 1988, 1986); (FOUCAULT, 2004); (DUBOIS, 2004); entre outros. A base metodológica do estudo consistiu na descrição de abordagem etnográfica (GEERTZ, 1989); (SILVA, 2006) nos aspectos factuais, envolvida



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

por teias de significados culturais da localidade. O estudo concluiu demonstrando o corpo atrelado a toda essa relação entre os processos de aparecimento das doenças, seus sinais e sintomas, bem como os tratamentos e cuidados empreendidos. Uma vez, que a doença, mesmo que não seja localizada no corpo “físico” do consulente, através das dores, cansaço, fraqueza, mal-estar, sensações desagradáveis de tristeza, ou, no seu corpo “espiritual” por meio da experiência pessoal de quem intercede à cura, esta doença, precisa ser “vista” “pressentida” objetivada, tanto para o consulente, como para a curadora. Em suma, os corpos de ambos os sujeitos envolvidos no processo da cura, curandeiros e consulentes através dos benzimentos, passes, defumações, banhos, preparos de remédios, uso de conselhos, consultas, limpezas compartilham convivências pelo amparo, pela solicitude, pela desconfiança ou negligência para um com o outro.

Palavras Chave: Corpo; subjetividades; saúde.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

MORTALIDADE DE MULHERES POR HOMICÍDIO, SEGUNDO A RAÇA/COR DA PELE, NO NORDESTE BRASILEIRO, 2019-2020

Franciane de Azevedo Queiroz. Centro de Ciências da Saúde – CSS. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. E-mail: franciane@aluno.ufrb.edu.br; Rafael Souza Vasconcelos. Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC/UFRB. Ionara Magalhães de Souza (CCS/UFRB).

No contexto de crise sanitária gerada pelo novo coronavírus, observou-se expressivo agravamento da vulnerabilização de mulheres negras ao fenômeno da violência com desfecho de morte. Este estudo teve como objetivo analisar as taxas de mortalidade de mulheres, segundo raça/cor da pele, por homicídio na Região Nordeste, em 2019 e 2020. Trata-se de estudo descritivo, desenvolvido a partir dos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) em 2019 e 2020, considerando-se a raça/cor da pele/etnia, região, causas básicas do grupo de “morte por agressão” do capítulo XX (mortes por causas externas) do CID-10 e o grupo de “mortes violentas por causa/intenção indeterminada” (MVCI). Os dados foram processados no software R versão 4.0.3 (2020-10-10). Foram observados 1.119 casos de homicídios de mulheres negras, com incidência de 5,16 mortes/100 mil habitantes, o que correspondeu a 3,07 homicídios diários em 2019. Em 2020, evidenciou-se aumento no número de óbitos (1.245), com incidência de 5,74 /100 mil habitantes ou 3,41 homicídios por dia, o que correspondeu a aumento de 11,2%. Em relação às MVCI, registrou-se aumento de 713 mortes em 2019 (3,29/100mil hab. ou 1,95 óbitos por dia) para 910 mortes em 2020 (4,20/100 mil hab. ou 2,49 óbitos por dia), ou seja, incremento de 27,6% no número de casos. Ao se considerar ambos os grupos de causa básica, a taxa de mortalidade de mulheres negras na Região Nordeste aumentou 17,6%, sendo esta a única região brasileira que apresentou incremento na taxa de homicídios de mulheres negras. Com relação às MVCI, observou-se crescimento do número de casos em todas as regiões. No que diz respeito às mulheres brancas, em 2019, foram observadas 149 mortes por agressão e 271 MVCI. Em 2020, evidenciou-se um aumento das taxas de mortalidade de 4,7% e 32,47% de óbitos por agressão e MVCI, respectivamente, em relação ao ano anterior. Assim,



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

quando comparadas às taxas de mortalidade entre mulheres brancas e negras nos anos de 2019-2020, evidencia-se aumento consideravelmente maior de mortalidade para mulheres negras, tanto por agressão, quanto por MVCI, no ano de 2020. A Região Nordeste é marcada por acentuada vulnerabilidade social. Em um contexto pandêmico, no qual os acessos aos serviços de saúde e proteção social estão reduzidos, a violência estrutural e as desigualdades de gênero tendem a se agravar. Constata-se que não só as opressões de gênero contribuem para o homicídio de mulheres, mas o racismo é fator determinante para a vitimização. Nesse sentido, a articulação de ações de políticas públicas que visem a desconstrução dos processos de desigualdade, que se atentem para as demandas específicas de mulheres negras e que promovam a igualdade racial e de gênero são absolutamente necessárias para que mulheres negras usufruam do direito à cidadania e à vida com dignidade e oportunidades.

Palavras-chave: Mortalidade; mulheres; raça.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MORTALIDADE POR COVID-19 NO ESTADO DO MARANHÃO SEGUNDO A RAÇA/COR/ETNIA

Bruna Rafaela Carneiro. Enfermeira Nefrologista do Hospital Ana Nery, Salvador – Bahia. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão em Cuidado Cardiovascular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: brunarafaelacarneiro@gmail.com; Kauan Alcântara Teixeira de Menezes. Estudante do Curso de Enfermagem pela Faculdade Adventista da Bahia, Cachoeira-BA; Antonia Fabiana Rodrigues da Silva. Enfermeira. Doutoranda do Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará.

O enfrentamento a pandemia causada pela COVID-19 se tornou o maior desafio da atualidade em todo o mundo, por se tratar de uma doença com repercussões sistêmicas que provoca complicações graves que podem levar a morte. A maior dificuldade encontrada pelos países é lidar com as desigualdades socioeconômica presentes nas populações, principalmente para os indivíduos de raça/cor/etnia negra devido ao contexto sociocultural e as situações de maior vulnerabilidade social. Este estudo objetivou descrever o perfil epidemiológico da mortalidade por COVID-19 segundo a raça/cor/etnia declarada no estado do Maranhão. Tratando-se de um estudo epidemiológico descritivo, exploratório e retrospectivo, desenvolvido por meio de dados secundários disponibilizados pela Secretaria Estadual do Maranhão, de 17 de março de 2020 a 31 de agosto de 2021. Os dados foram coletados de julho a setembro de 2021. Foram utilizadas as variáveis faixa etária, sexo, raça/cor/etnia, presença de comorbidades e número de óbitos acumulados. Os critérios de inclusão foram todas as notificações de óbitos no período, com exclusão dos registros com informações incompletas. Os dados foram processados recebendo tratamento simples da estatística descritiva por meio do software Microsoft Excel® 2016. Por se tratar de dados abertos e de domínio público, o estudo não foi submetido e avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Os resultados mostraram 10031 óbitos por COVID-19 no período indicado. Desses óbitos, 6179 (61,6%) de indivíduos declarados pardos, 1909 (19%) brancos, 805 pretos (8%), 272 (2,7%) amarelos e 56 (0,6%) indígenas. Houve uma perda de 8,1% dos dados por estarem sem informação de raça/cor/etnia. Quando analisado os óbitos dos



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

pardos e pretos, percebeu-se uma predominância do sexo masculino (60,1%) e faixa etária acima de 60 anos (70,4%). Em relação as comorbidades mais prevalentes a hipertensão teve o maior percentual nos declarados pretos (53%), seguido dos pardos (48,9%), já o diabetes mellitus foi mais presente nos declarados amarelos (39,3%), seguidos dos pretos (35,7%). Apenas 20% do total de óbitos não possuíam comorbidade declarada. A partir da análise dos dados, foi possível notar uma grande porcentagem dos óbitos por COVID-19 na população autodeclarada negra, que é representada pelos pardos e pretos, quando comparados aos brancos que representaram apenas 19% dos óbitos, mas que representa 45,2% da população brasileira. Ademais, acredita-se que a população negra seja vulnerabilizada socialmente e pode-se dizer que os óbitos desta população estejam relacionados a qualidade de vida e condições de trabalho, o que se associa também ao predomínio de óbitos na população masculina, uma vez que culturalmente homens são constantemente expostos a trabalhos grupais, principalmente entre aqueles declarados negros. Além disso uma maior prevalência de hipertensão e diabetes mellitus na população negra em comparação as demais definições de raça/cor/etnia são encontradas em estudos no Brasil e no Estados Unidos, sem ainda uma comprovação científica para tal associação, mas sendo a presença dessas comorbidades um fator de impacto nos óbitos notificados. Conclui-se desta forma a necessidade de intensificação de ações de promoção e prevenção neste público estudado, fortalecendo as políticas públicas já existentes.

Palavras-chave: Infecção; morbimortalidade; raça.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

PISANDO NOS TERRITÓRIOS DAS FOLHAS SAGRADAS PRESENÇA DA ETNOBOTÂNICA EM TERREIROS DE CANDOMBLÉ DA BAHIA

Rogério Lima Vidal. Doutorando pelo Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Estudos Étnicos Africanos Universidade Federal da Bahia (PÓSAFRO-UFBA).
E-mail: pessoa_vidal@yahoo.com.br.

A etnobotânica é apresentada recentemente como ciência focada no estudo e uso das plantas medicinais pelos diversos povos, tendo na em base a botânica, a antropologia e etnologia. Porém, devido à variabilidade do seu conceito atrelada aos interesses vigentes em cada época, local e aos avanços sobre os conhecimentos das plantas por diferentes sociedades, grupos sociais, a etnobotânica apresenta-se equivocadamente como uma ciência nova. Os interesses da etnobotânica prescritos nas sociedades ocidentais, denominadas de “mundo-moderno-colonial” indicavam um sistema de classificações, revelando um lastro de desigualdades onde impossibilitavam outras compreensões de mundos e sujeitos. Esta colonialidade do poder desenvolvia uma epistemologia onde não comportava a diversidade dos demais povos pensarem e produzirem seus conhecimentos sobre a vida, as águas, a terra, o fogo, o ar, e os próprios sujeitos. A etnobotânica se propõe a analisar como os grupos étnicos classificam e dão finalidade às plantas, conforme suas necessidades de alimentação, saúde, religiosidade, moradia ou trabalho. A investigação analisou a aplicação dos conhecimentos da etnobotânica através do cultivo, manejo e diferentes usos das ervas medicinais pelos adeptos de Terreiros de Candomblé no Estado da Bahia. A pesquisa realizou a identificação de diversas espécies de ervas utilizadas nos diferentes rituais, em três comunidades de Terreiro de Candomblé localizadas nos municípios de Pojuca, Lauro de Freitas e Camaçari, no Estado da Bahia. A investigação ocorreu com base no acompanhamento, preservação e cultivo das ervas medicinais utilizadas nos Terreiros de Candomblé. Os objetivos centraram-se em entender os usos das ervas curativas pelos adeptos de Terreiros de Candomblé, como auxiliares no tratamento de doenças, e como medidas preventivas e tratamento de alguma doença já existente. E por seguinte, registrar informações por meio das experiências dos mais velhos das



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

comunidades Terreiros os seus entendimentos com as ervas, quanto ao cultivo, extração, manejo, aplicabilidade e efeito terapêutico. A metodologia foi desenvolvida pela pesquisa qualitativa, com aplicação de entrevistas abertas, observações em campo, caderno de registros. A classificação ocorreu baseada nos conhecimentos dos usuários. Como conclusão encontrou-se amplo uso das ervas medicinais com fins terapêuticos e profiláticos. Notou-se aceno à valorização dos aspectos popular e tradicional das ervas e necessidade de sua catalogação, vez que assumem variadas nomenclaturas, funções terapêuticas e validade a depender de cada Terreiro e horários de extração. Observaram-se vários nomes populares para a mesma planta, as quais são estritamente de uso doméstico, transmitida oralmente em cada local, de geração para geração. Notou-se o habitual uso de práticas complementares de saúde através de chás, lambedores, garrafadas e remédios populares. As pessoas usam determinadas ervas e não abdicam alopátia e suporte médico.

Palavras Chaves: Colonialidade; ervas; ancestralidade.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

SABERES E PRÁTICAS DE MULHERES QUILOMBOLAS NO ABORTO

Amália Nascimento do Sacramento Santos. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. E-mail: amaliasacramento@ufrb.edu.br.

O aborto é cercado de dilemas morais, os quais são tidos como balizadores no impedimento dos avanços dos cuidados em saúde. Os avanços na contemporaneidade têm relação com a sua descriminalização, processo apontado como difícil de discussão no entorno do debate público brasileiro, porém é considerada a vilã para prevenir mortes, adoecimento, sofrimento físico e psíquico pelo aborto realizado em condições inseguras e ilegais. Mesmo com os mecanismos políticos, legais e morais de restrição do aborto, esta é uma prática corrente na vida das mulheres, que continuam acessando, em muitas situações, terapêuticas peculiares em seus contextos sociais. Objetivou-se descrever experiências reprodutivas relacionadas ao aborto de mulheres quilombolas. Trata-se de uma pesquisa de abordagem social, etnográfica, focada em uma comunidade negra rural no interior da Bahia, participaram do estudo mulheres com experiência em saúde reprodutiva e cuidadores de saúde populares e profissionais relacionados. A coleta de dados foi realizada com as técnicas da Observação - Participação-Reflexão e entrevistas semiestruturadas, no período de um ano. Para análise dos dados, utilizou-se as orientações da Etnoenfermagem e da Teoria Transcultural do cuidado. Os resultados apontaram que as mulheres experimentaram vulnerabilidades em saúde pela ocorrência de aborto inseguro, cercado por resistências, medo e dificuldades para o cuidado e sofrimento da mulher, influenciado por fatores sociais, religiosos/espirituais e políticos-legais. São descritos aspectos do cuidado popular e as perspectivas de violência do cuidado profissional institucionalizado. Diante disso, corroboramos com as perspectivas de necessidades de avanços na discussão do aborto; apontamos a necessidade de empoderamento das mulheres para saúde reprodutiva mais efetiva e segura.

Palavras-chave: Saúde; etnoenfermagem; aborto.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

Trabalho Artístico-Cultural

SETEMBRO AMARELO PRA QUEM? QUEM PAGARÁ A DOR SENTIDA? QUEM VAI DIVIDIR A PRESTAÇÃO DA RECAÍDA?

Tainá das Mercês Oliveira. Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
E-mail: tainamercês@hotmail.com.

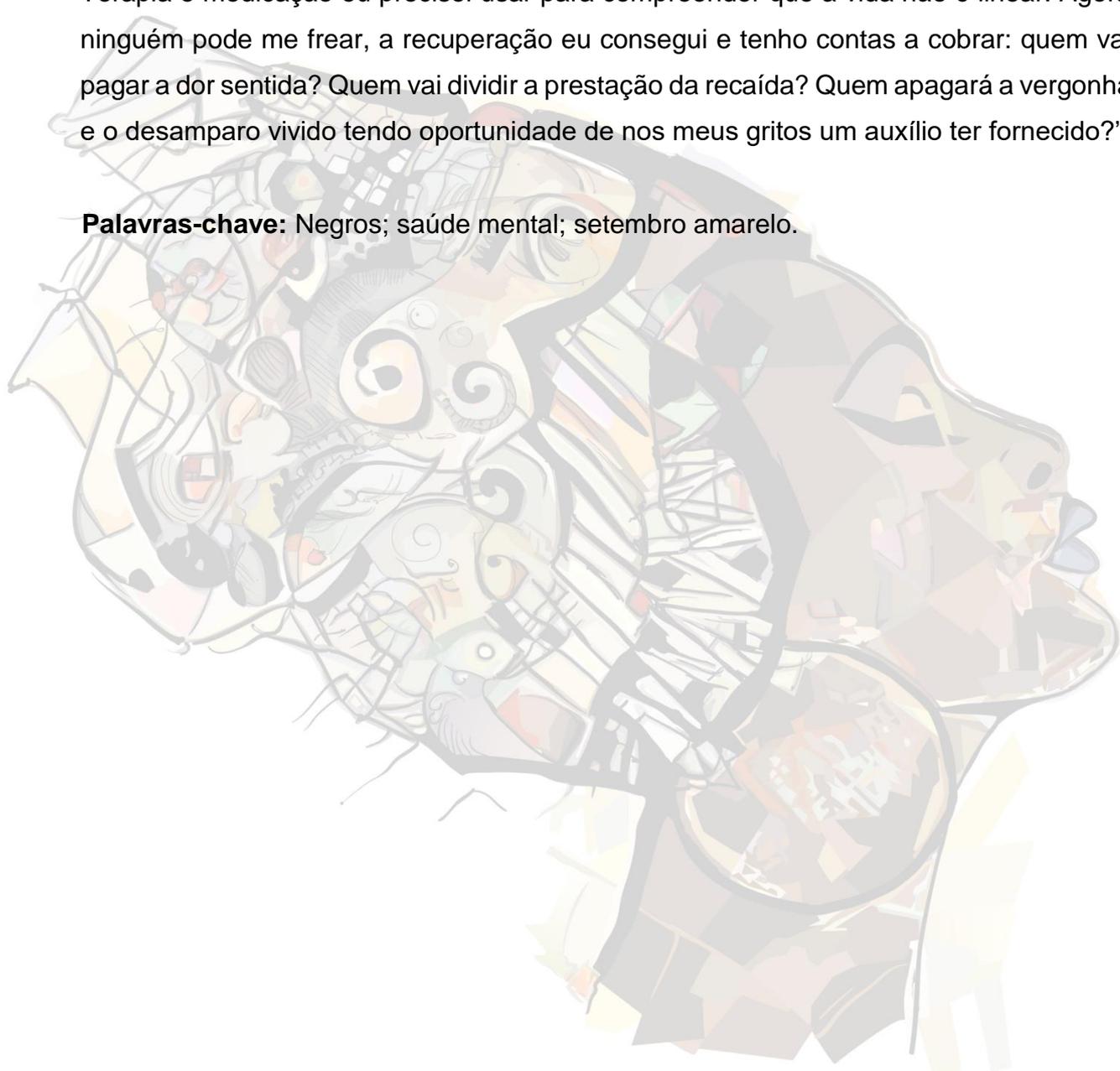
Este trabalho contém texto autoral para ser declamado com o objetivo de exprimir os sentimentos vivenciados por uma mulher negra no olhar da doença mental em ambiente de trabalho. “Imersa nesse silêncio agora olhando para mim, ninguém imagina o barulho da ferida do vendaval que aconteceu em minha vida. Julgamentos de rotina plena expõe cicatriz e nega quem foi a raiz do problema. Desabafos da alma e da mente para o caos instalado eu acredito que não poderia ser diferente. Sinônimos de sofrimento perpassam o que aconteceu por dentro. O eu do agora olha para o eu do passado e diz: força, você não é um fardo! Mas tentou me silenciar, a solidão que me aflige parece que não vai passar. Não posso me calar, embora a sociedade me diga: É assim! Se eu conto a verdade o máximo que irão é rir de mim. Perguntam-me: que justiça você quer? Sempre foi assim, não irá mudar e ameaça: cale-se é melhor que se prejudicar. A sensação de estar no lugar errado em que os talentos não são aproveitados e os seus ideais são desprezados. O eu de agora diz: não chora o reconhecimento vem em boa hora, o seu brilho pode ser ofuscado, mas desafio quem consiga apagá-lo. A dor me ensinou sobre o abuso de poder, os que podem te ajudar no sistema e pedido de socorro são os mesmos que irão debater com você. Têm pessoas com o poder de te fazer mal, de transformar a vítima em algoz e premeditar tratamento imoral. Olhares intransigentes é está ausente em uma dor que é vigente. Ajuda real é sem holofotes, uma foto aqui ou um discurso acolá, nada disso faz a dor passar. Atração no diálogo e no discurso para o público é não deixar de ser demagogo. No seu processo de adoecimento quem te feriu é o mesmo que depois sorriu. As marcas que deixamos são eternas, muitas escondidas na alma, outras feridas abertas. O que é seu de direito não foi de favor, uma hora a resposta vem, quem brinca com a vida do outro não sabe o que é o horror. Não é pena



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

o que eu queria, era empatia, dei diversos sinais era isso que eu merecia? Não queira passar para acreditar, a mão estendida e a palavra amiga, tudo isso pode te salvar. Terapia e medicação eu precisei usar para compreender que a vida não é linear. Agora ninguém pode me frear, a recuperação eu consegui e tenho contas a cobrar: quem vai pagar a dor sentida? Quem vai dividir a prestação da recaída? Quem apagará a vergonha e o desamparo vivido tendo oportunidade de nos meus gritos um auxílio ter fornecido?”.

Palavras-chave: Negros; saúde mental; setembro amarelo.





Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

SUICÍDIO NEGRO EM DEBATE: DIÁLOGOS E ARTICULAÇÕES EM REDE DE PROTEÇÃO

Paulo Conceição Almeida. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.
E-mail: prof.pauloalmeida84@gmail.com.

Nos últimos 03 (três) anos, estudos e pesquisas vêm apontando um aumento sistemático e gritante de casos de suicídio na população negra, enquanto demonstra uma queda considerável de casos na população branca. A partir da observação desse fenômeno, e dos diálogos com a Universidade Católica do Salvador (UCSAL), em especial com a Escola de Serviço Social da instituição, além das atuações no Quilombo Educacional Vilma Reis, atuante na Universidade Federal da Bahia – UFBA, seguido da leitura e estudos dos resultados da pesquisa/relatório “Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016”, da Universidade de Brasília e do Ministério da Saúde, divulgado no ano de 2018, propõe-se o projeto de intervenção/extensão “Suicídio negro em debate: diálogos e articulações em rede de proteção”, uma iniciativa de reunir ativistas negras/os, agentes sociais diversos da área da saúde mental e entidades da rede de proteção social do município de Salvador, uma universidade e um quilombo educacional, no intuito de colaborar para o debate sobre a temática saúde mental, depressão e suicídio na população negra, através de produção de uma roda de conversa itinerante que ocorreu dentro da agenda do projeto Escolas Culturais, contando com psicólogas/os, ativistas e com representação de membros da rede de proteção (a exemplo do NEPS/CIAVE, CAPS e FUNDAC). O projeto circulou em três espaços distintos (universidade, quilombo educacional e uma escola pública), com participação dos seus respectivos públicos e entornos comunitários, fomentando o debate, a criação de um grupo de pesquisa sobre a temática, e desenvolvimento de planos de ação para o enfrentamento dessa realidade. O evento encerra-se com a Escola de Serviço Social da UCSAL se comprometendo a criar um grupo de pesquisa e acolhimento sobre o tema, e do colégio Estadual Luiz Vianna, identificando casos e reforçando encaminhamentos. Os diálogos e reflexões provocaram inquietações nos participantes da rede e do público do evento, contando com proposições de atuações conjuntas e criação de um grupo de



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

pesquisa, além de estratégias de identificação de casos e práticas de acolhimento.

Palavras-chave: Saúde; ativismo; acolhimento.





Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

13 EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E SOCIAL

A MATEMÁTICA NO COTIDIANO ESCOLAR NO CONTEXTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E PROCESSO INCLUSIVO

Marleide Mateus de Jesus. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.
E-mail: marleidenegra@hotmail.com.

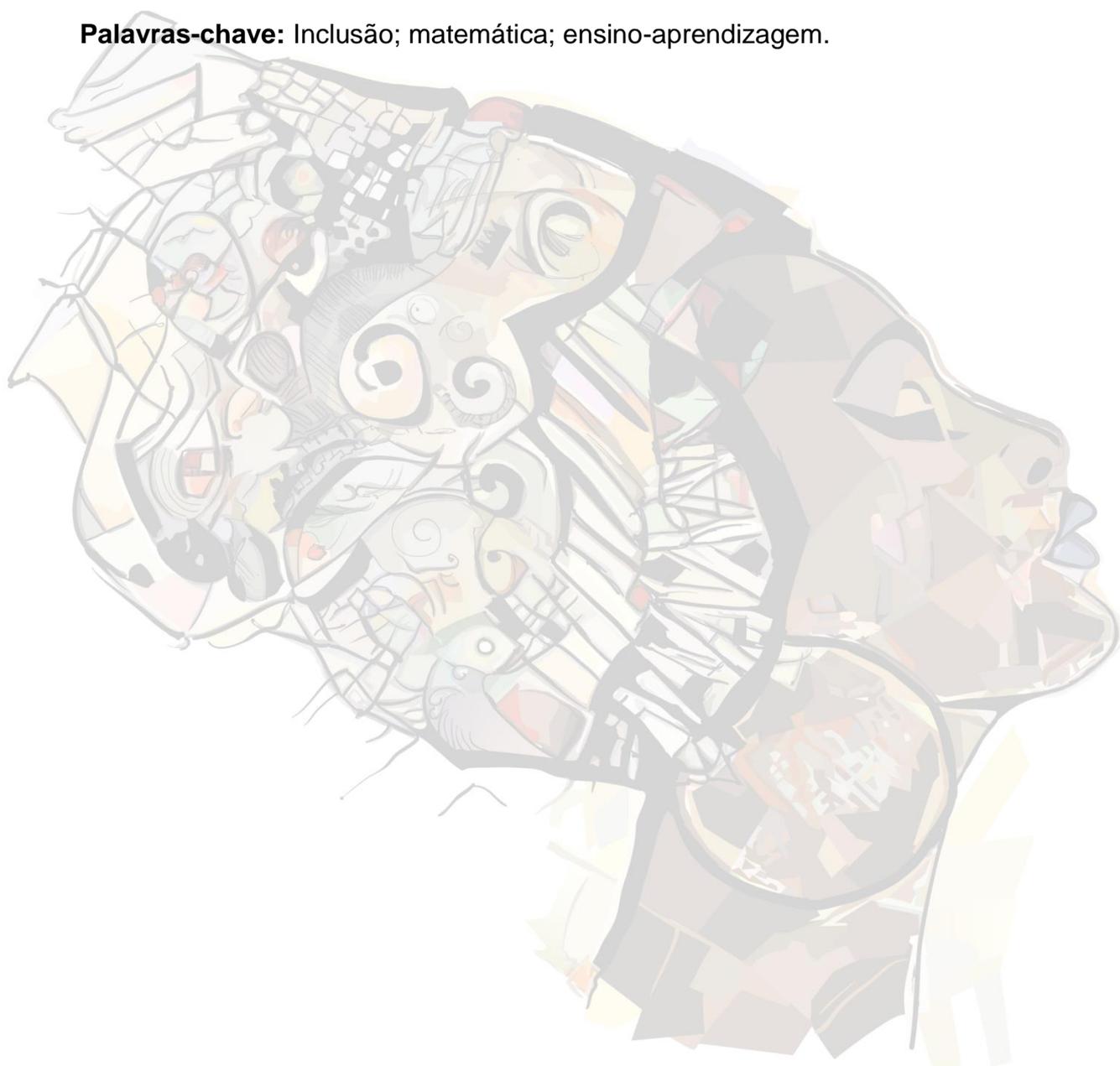
A inclusão no contexto escolar, ainda que muito discutida no meio acadêmico, já experimenta muitas adequações, mas nenhuma tão eficaz que pudesse de fato atender às especificidades do público que precisa de cuidados e atenção. Nessa perspectiva o objetivo principal é demonstrar que o cotidiano nas unidades escolares exige cada vez mais uma nova maneira de agir a fim de eliminar ou minimizar a exclusão. Para melhor definir as discussões em pauta, serão feitas reflexões discorrendo sobre a realidade na qual os alunos se encontram sem perder de vista a aplicabilidade dos recursos e investimentos disponíveis, além de analisar a efetividade da gestão da educação e eficácia nas políticas públicas, identificando as principais necessidades dos sujeitos. As práticas pedagógicas, hoje, desenvolvidas nas aulas de Matemática pedem reflexão sobre as alternativas teórico-metodológicas para a utilização das novas tecnologias visando o ensino-aprendizagem dos alunos. Assim, o referido artigo propõe auxiliar educadores e alunos, contextualizados no ensino de Matemática, contribuindo para a melhoria em relação às dificuldades encontradas no processo ensino-aprendizagem da disciplina, identificando quais as dificuldades de aprendizagens os alunos enfrentam em relação ao ensino da disciplina no período escolar, discutindo possíveis estratégias através do uso das TICs para auxiliar os sujeitos envolvidos. Outro foco deste artigo é a importância das na prática pedagógica do professor, pois trabalhando cada vez mais com conteúdos de forma contextualizada, é possível dar sentido amplo ao que se é estudado, tornando o Ensino da Matemática dinâmico, diferenciado e motivador. A contextualização do assunto em questão torna-se relevante para o ensino da Matemática



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

uma vez que relaciona o objeto de estudo com ações do cotidiano do aluno, garantindo uma aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Inclusão; matemática; ensino-aprendizagem.





Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

POLÍTICAS AFIRMATIVAS: ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Jilcleide Nascimento dos Santos. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: jilcleide@gmail.com; Joemille Silva dos Santos; Clarita Silveira Reis.

As ações afirmativas são políticas que promovem a redução da desigualdade material ou substancial, acumuladas historicamente sobre as minorias sociais. Para além do sistema de cotas, a permanência dos estudantes na universidade, por meio de assistência estudantil, se faz necessária não somente para garantir o acesso, mas para instituir condições financeiras, didático-pedagógicas e de convivência. O objetivo deste artigo é fornecer informações sobre os efeitos das Políticas Afirmativas sobre o acesso e a permanência de universitários na carreira acadêmica ou nas Universidades Públicas. Um formulário eletrônico do *Google Forms* com um questionário foi disponibilizado pelas redes sociais, e permaneceu disponível para preenchimento durante o mês de julho de 2021, onde 102 pessoas aceitaram participar do presente estudo após concordar com o TCLE. O questionário da pesquisa teve ampla disseminação, tendo alcançado a participação de pessoas de diferentes Estados, com predominância no estado da Bahia (78%). A maior parte dos participantes da pesquisa (38,2%) se autodeclararam pretos, seguidos por 32,4% pardos, 21,6% brancos, 3,9% indígenas e 2,9% amarelos. Os participantes possuíam amplo nível de escolaridade, onde 73,5% destes estudaram em escolas públicas. Quase a totalidade dos participantes fizeram ou fazem graduação em universidades públicas (91,17%). Mesmo que 70,6% se autodeclararam preto ou pardo, pouco mais da metade não entraram em suas respectivas universidades por cotas (52,94%), isso se dá pela falta de informações do público alvo sobre as cotas. Questionado sobre o recebimento de auxílio permanência durante a graduação apenas 40% dos estudantes assinalaram terem recebido ou receberem esse auxílio, sendo destes, 40,9% auxílio da modalidade projetos, 25% à alimentação, 13,6% pecuniário à moradia, 6,8% à moradia ou à residência e 4,5% auxílios de transporte ou deslocamento, socioeconômico e ajuda geral. Sobre a importância dos auxílios permanência para a



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

continuidade dos estudos, 77,6% responderam que os mesmos foram extremamente relevantes, 14,3% muito relevantes e 4,1% relevante e irrelevante. A maior parcela dos estudantes de mestrado é da UFRB (n=22), sendo que 13 deles recebem ou receberam bolsa e os 7 restantes não. Dos 32,4% entrevistados que recebem ou receberam bolsas no mestrado, aproximadamente 69,7% são ou foram remunerados pela CAPES, 12,12% pela FAPESB, 9,09% pelo CNPq, e outras agências financiadoras de fomento, 3,03%. Apenas 21,57% dos entrevistados fizeram ou estão fazendo doutorado, onde destes 22,73% são discentes da UFRB, 9,09% da UEFS, UFPE e UENF cada, em outras instituições, apenas 4,55%. Uma nova política afirmativa são os Auxílios de Permanência para a Pós-Graduação para aqueles estudantes que não possuem bolsa de financiamento, neste quesito, 22,73% dos pós-graduandos receberam ou recebem auxílio permanência. Sobre o nível de importância deste auxílio, 80% dos discentes responderam que estes foram de extrema relevância para sua permanência nas universidades, 6,67% muito relevante e 3,33% relevante. Os resultados desta pesquisa demonstram a importância do sistema de cotas e da assistência estudantil para a inclusão de grupos excluídos ou vulneráveis e para permanência da classe estudantil nas instituições de ensino.

Palavras chave: Cotas; assistência estudantil; inclusão.



Políticas Afirmativas: trajetórias de lutas, conquistas e re-existências

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses anais reuniram a produção de pesquisadoras/es, intelectuais negras e negros, indígenas de diversas instituições brasileiras. Os trabalhos científicos, artístico-culturais e as sessões temáticas promovidas pelo Fórum Pró-igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo – 16ª edição apontam para a construção de novas epistemologias e narrativas contra-hegemônicas num contexto marcado por racismos, relações de poder, questões identitárias e muitas disputas por equidade, justiça social e pela consolidação das políticas afirmativas.

